



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 36

Sessão Ordinária de Setembro

Reunião de 30-09-1999

Aos trinta dias do mês de Setembro de mil novecentos e noventa e nove, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Vogal António Sousa Dinis Correia como Primeiro Secretário, por ausência dos titulares dos cargos de presidente e primeiro secretário da Mesa e pela Vogal Ana Carla Guerra de Miranda Macedo como Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Maria João Santos Pais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, João José Ferreira da Maia, Dinis Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e Luís Eduardo Abreu Lima Ramos.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Rogério Mário Madaíl da Silva, Victor Manuel da Silva Martins, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Simões Madaíl e Joaquim dos Santos Abreu e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos membros da assembleia, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Manuel Júlio Braga Alves, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Jorge Manuel do Nascimento, Luís Miguel Capão Filipe e Manuel Simões Madaíl, as quais foram aceites e consideradas justificadas.

De seguida, o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia do pedido de “suspensão do mandato” do vogal Jorge Carvalho Arroiteia, com efeitos partir de 01 de Setembro de 1999, pelo período de 10 meses, e solicitou à Assembleia fosse ratificado o despacho do presidente da Mesa, que convocara para seu substituto a vogal Maria João Santos Pais, o que mereceu o assentimento da Assembleia. De seguida, anunciou que também estava presente o vogal Luís Eduardo Abreu Lima Ramos, substituto do vogal António Salavessa, do PCP, conforme pedido formulado em reunião anterior desta Assembleia. Feita a verificação de poderes, considerou os novos membros em funções a partir deste momento.

Seguidamente deu nota de toda a correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Continuando no uso da palavra, leu a ordem de trabalhos da Sessão Ordinária do mês de Setembro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto n.º 1 - Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto n.º 2 - Contribuição Autárquica;

Ponto n.º 3 - Derrama;

Ponto n.º 4 - Regimento da Assembleia Municipal - Discussão e aprovação.

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação do plenário as seguintes actas:

Acta n.º 32 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de vinte e seis votos a favor e três abstenções.

Acta n.º 33 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 34 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de vinte e cinco votos a favor e quatro abstenções.

Acta n.º 35 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de vinte e seis votos a favor e três abstenções.

Continuando, e nos termos do art.º 60 do Regimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao público, estando inscrito apenas um munícipe.

António Augusto Pereira Ferreira:

“Boa tarde a todos. Nós temos em Cacia a Rua do Vale Caseiro que foi alcatroada há pouco tempo e não temos passeios para as crianças irem para a escola, nem passadeiras. Penso que as crianças têm de ter segurança para irem para a escola e merecem as passadeiras - isto para não falar nas valas de água que existem na Rua Amadeu do Vale.

Outro ponto que eu trazia aqui era o ambiente. Temos em Cacia estradas fracas e duas empresas poluidoras: a PORTUCEL e outra, na minha opinião muito pior - a FRUNFRAP.

Sobre a FRUNFRAP já mandámos para a Câmara Municipal em Novembro de 90, um abaixo assinado e um processo, no qual pedíamos que nos tentassem ajudar com o problema dos gases: o fenol, as cinzas, que neste momento vêm nas camionetas e elas vão a largar as cinzas pela estrada fora (eu não sei o que é que as cinzas contêm, mas é de alguma gravidade por que recebi no ano passado uma carta do Ministério da Economia, em que eu tinha pedido a caracterização dos gases todos produzidos pela empresa. Eu tive culturas que a poluição da FRUNFRAP me inutilizou todas - comestíveis. Se a poluição elimina seres vivos, o que é que fará ao ser humano - tenho plásticos de estufas todos furados.

Eu deixava à apreciação da Assembleia, para que se debruçasse sobre este assunto, que para mim é sério em todo o Concelho de Aveiro.

Aveiro na minha opinião não é só Glória, Vera Cruz, Aradas e S. Bernardo, deve ser no seu todo. Cacia é a freguesia que está mais atrasada no Concelho de Aveiro.

Já agora também gostava de esclarecer que já dei conhecimento ao Dr. Eduardo Feio, na segunda feira, sobre as cartas que eu tenho do Ministério da Economia, que são iguais às que mandei para o Ministério do Ambiente. Recebi esta carta do Ministério da Economia fez um ano agora em Julho, e acho que é tempo demais; de qualquer modo também sinto que é uma humilhação muito grande da Câmara Municipal - no ano passado na presidência aberta em Cacia, recebeu queixas dos munícipes e de seguida no fim veio um senhor da FRUNFRAP dizer

que era mentira aquilo que os munícipes estavam a dizer, e não interveio em nada - foi uma humilhação muito grande para mim, como morador de Cacia, em linha recta, a quinhentos metros da fábrica. Até cheguei a sugerir que fossem lá montar os gabinetes da Câmara, porque nós assim estávamos descansados - e era uma sugestão boa que eu deixava para a Câmara.

Estes problemas da FRUNFRAP, incluem já problemas de saúde - existem indivíduos que têm problemas de asma muito fortes - para além de ultimamente eu também me ter sentido com uma tosse fora do normal, bem como outros moradores.

Eu fui ali à Universidade pedir para me fazerem uns testes, e eles responderam-me e muito bem (na altura não sei se foi bem se foi mal); eu sozinho não vou a lado nenhum! No entanto se tiver a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal ao meu lado, eles largam outros trabalhos e vêm lá para ver a caracterização dos gases.

É neste sentido que eu venho fazer um apelo à Assembleia Municipal - já o fiz à Câmara Municipal. Este processo já se arrasta desde 90 na Câmara Municipal, este Executivo é uma continuidade dos outros executivos - os outros executivos não fizeram nada - que façam ao menos estes agora. Penso que a FRUNFRAP não tem o direito de matar os moradores em prole dos seus lucros: tem o dever e a obrigação de pôr as chaminés todas como manda a lei, de colocar os filtros conforme manda a lei, e é isso que eles não têm. Não têm chaminés regularizadas, não têm projectos de chaminés nenhuns, nem têm a caracterização de gases neste momento, pelo menos porque não recebi nenhuma comunicação do Ministério da Economia, e eles disseram-me que logo que tivessem alguma informação me transmitiam. E para agora era tudo. Obrigado a todos.”

Dando seguimento aos trabalhos, o Presidente da Mesa anunciou a entrada no “período de antes da ordem do dia” informando os senhores vogais, após inscrição, do tempo de intervenção atribuído a cada um, apelando para o poder de síntese que devem ter nesta intervenção.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal Henrique Diz:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Caros Colegas. Eu gostaria hoje, que é a primeira vez que a Assembleia reúne depois das jornadas históricas do referendo sobre Timor, de saudar o Povo de Timor, e de lamentar os sacrifícios a que foi obrigado no seguimento de uma escolha que deveria ter sido feita em liberdade. E ao fazer isto, tenho a consciência tranquila, na medida em que trouxe esse problema a esta Assembleia várias vezes. Portanto não estou a aproveitar o momento político para defender a luta daqueles que decidiram que Timor devia ser livre. Lamento apenas, que neste momento se possa observar tanta preocupação da parte de pessoas que tiveram a oportunidade de evitar a catástrofe e que nada fizeram para isso.

Depois se me permitem, eu gostaria de saudar o senhor vereador que foi substituído - o Dr. José Costa, que sempre constituiu nesta Assembleia uma amostra de bom senso e de cordialidade, que deve presidir à relação entre adversários políticos, que não deixam de ser pessoas por isso; e saudar também o senhor novo vereador e esperar que o seu mandato prossiga de acordo com os interesses do município e que isso o satisfaça plenamente.

Depois gostaria de agradecer as presenças de tanta gente aqui hoje. Eu estava, devo dizer-lhes, com receio que não houvesse quórum, porque afinal, como é fácil esquecer em política: o que eu ouvi há quatro anos dizer acerca de inaugurações e o que eu hoje vejo. Senhores Deputados, particularmente Senhores Deputados do Partido que suporta o Governo: os senhores de facto têm passeado muito nos últimos tempos! Seria muito útil que lessem as afirmações do Sr. Eng.º António Guterres, há quatro anos e há quatro anos e meio atrás, acerca das últimas inaugurações feitas pelo o último Governo do Sr. Prof. Cavaco Silva; talvez nessa altura

percebêssemos bem as diferenças. De maneira que, estarem aqui constitui sem dúvida um sacrifício em nome dos munícipes porque não estão a participar nessa festa inauguracional que anda a percorrer o país todo - eu penso que os munícipes de Aveiro lhes agradecem essa atitude. Gostaria ainda de dar como exemplo da actividade governativa, aquilo que a Associação Nacional de Municípios Portugueses, que se não estou em erro é presidida por um Presidente da Câmara afecto ao partido do Governo, diz acerca do quadro de transferências, atribuições e competências das autarquias locais. A nova lei não transfere nada por si mesma e no imediato. De facto, esta carta traduz bem o que fez este Governo - não fez nada por si mesmo e no imediato. Está tudo prometido para o ano dois mil e dez!

Se me permitem agora voltar a assuntos mais locais, eu gostaria de solicitar ao Sr. Presidente da Câmara, que informasse esta Assembleia sobre o que se passa concretamente na Sociedade Aveiro Basket. Aquilo que eu ouço na freguesia onde moro, é preocupante! E como eu não gosto de (perdoem-me a expressão popular) “emprenhar de ouvido”, gostaria que o Sr. Presidente nos dissesse exactamente o que se passa na Sociedade Aveiro Basket.

Por outro lado, gostaria ainda de desejar que o Beira-Mar tenha sucesso hoje no jogo que está a realizar na Holanda, mas lembrar que talvez não fosse necessário o Sr. Presidente responder ao Sr. Presidente do Beira-Mar como respondeu hoje - aquilo que ouvi na rádio - a propósito dos apoios que o futebol do Beira-Mar recebe, se por acaso tivessem sido seguidos os conselhos, da formação de contratos programa entre os clubes que existem em Aveiro e a Autarquia.

Por último, o Sr. João Barbosa vai-me permitir que eu interfira na Freguesia dele, e dizer que os habitantes da Beira Mar são altamente prejudicados pelos horários de recolha do lixo que a SUMA utiliza, e pela falta de cuidado da SUMA, nomeadamente, para não perturbar as pessoas que ali moram e que têm que se levantar de manhã para o trabalho. Obrigado.”

Entretanto, deu entrada na sala o titular do cargo de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, João Pedro Simões Dias, motivando alteração na composição da Mesa, que passou a ser constituída da seguinte forma: Presidente João Pedro Simões Dias, Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, Segundo Secretário Ana Carla Guerra de Miranda Macedo.

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Obrigado, Sr. Presidente. Caros Colegas. Em primeiro lugar eu queria saudar a presença de novos membros nesta Assembleia: o Sr. Vereador José Gonçalves, o Sr. Eng.º Luís Ramos e na minha bancada a Maria João Santos Pais - uma jovem, uma estudante de economia que tira um pouco do seu tempo para se dedicar à política em prole de Aveiro. E eu tenho muito gosto em ver este exemplo, na medida em que muitas vezes olhamos em volta e verificamos jovens e não jovens, que muitas vezes têm poucas capacidades de trabalho, nomeadamente de estudo, e muitas vezes procuram a ribalta através da política; efectivamente não é o caso dela e por isso é bem vinda e é bom tê-la aqui conosco.

No que diz respeito a outros pontos que eu queria citar, temos em primeiro lugar algo que me preocupa. Em Junho de mil novecentos e noventa e nove, talvez o Sr. Eng.º João Cravinho ainda não soubesse que ia ser candidato por Aveiro, publicou um livrinho intitulado - “O Financiamento das Autarquias Locais e de outras instituições locais do XIII Governo.” E, na verdade, em função das novas competências das autarquias, houve naturalmente que aumentar o financiamento, e ele apresenta logo na primeira página a taxa de crescimento das transferências financeiras para os municípios entre noventa e cinco e noventa e nove, e verificamos curiosamente, que ele pinta em variados esquemas, a azul claro o que está superior à média e a azul escuro o que está inferior à média. É claro que Aveiro está inferior à média! E ainda por cima, no que diz respeito a este inferior à média, somos o quarto a partir do fim. Considerando outros critérios, nomeadamente o populacional, ele faz a análise da distribuição “per capita” dos fundos municipais e, a azul escuro, está o que está abaixo da média: “cá

estamos nós”! É importante que nós tenhamos consciência, isto para reivindicar o que é devido ao distrito de Aveiro - somos o terceiro distrito do país a nível de impostos que pagamos, e portanto, é importante que não se verifique que quando recebemos é ao contrário - é a partir de baixo!

Outros dos pontos, já que tenho pouco tempo, é preocupar-me com algo que foi dito há quase um ano. Na altura, o PSD tinha dito que para a muralha do Cais de S. Jacinto era importante incluir umas verbas no PIDDAC de noventa e nove; não foram, dado o voto contrário do PS e da abstenção do PC na Assembleia da República - porque já na semana seguinte vinha lá gente ver aquilo e íamos rapidamente construir essa muralha. Pergunto: onde é que ela está?

Também gostaria de participar nesta minha preocupação no que diz respeito à Sociedade Anónima Desportiva Aveiro Basket. Lembro que nós votámos contra nesta bancada, sobre a situação de comprar quotas; eu penso que a situação ficaria melhor se criássemos quotas para injectar dinheiro fresco e não andássemos a comprar quotas.

Devo dizer ainda, que no que diz respeito ao Plano de Pormenor do Centro, tivemos a oportunidade de há dias, a convite do Sr. Presidente da Assembleia aos líderes das bancadas, de ouvir a descrição do Plano de Pormenor, não só do Centro, mas de outros locais. Vou referir-me ao do Centro pelo seguinte: é que verificámos, com muito gosto, que aí estava considerada a preservação do barreiro da ex-Fábrica Pereira Campos e também a intenção de reservar uma área museológica. Ao chamar aqui este assunto à colação, não é para reivindicar louros por termos sido nós PSD (e eu particularmente como geólogo), por se ter conseguido esta solução, mas sim, pelo contrário, venho cumprimentar, venho felicitar o Executivo Camarário por esta opção - nomeadamente o Senhor Presidente. De qualquer forma, fez-se algo em favor daquilo que consideramos que é útil para Aveiro; evidenciou-se portanto, que em Aveiro é possível entendermo-nos, quando a causa é boa, ou seja, quando a causa é boa, o famigerado “lobbie por Aveiro” funciona. Evidenciámos pois, que não precisamos de ninguém que em período de eleições nos venha propôr o que afinal nós sabemos e afinal o que queremos. É que por estas e outras razões, fica também demonstrado que os aveirenses possuem capacidades políticas e não precisam - dispensam perfeitamente - o paternalismo de políticos, que com mais coração ou menos coração, vêm dizer que nós precisamos urgentemente da sua força política; porque sem eles, coitadinhos, seríamos uns infelizes!! Eu como Aveirense, quero dizer nesta Assembleia, como já disse noutros locais - que basta. Muito obrigado.”

Entretanto entrou na sala o Vogal António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Vogal Clara Ribeiro:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Srs. Deputados. São duas questões simples, são baratas não custam dinheiro à Câmara, mas são sociais e são preocupantes. A primeira é sobre o PROCOM: tive conhecimento de um senhor, que por coincidência desabafou; está numa situação económica muito difícil - inscreveu-se no PROCOM - neste momento está endividado, não lhe conseguiram resolver o seu processo, e eu queria saber se a Câmara tem conhecimento de vários casos de pessoas na mesma situação. Uma situação realmente complicada, que levou o senhor quase a dar-nos a entender que a única solução era meter uma pistola à cabeça e acabar com a vida.

O segundo caso é um assunto do qual penso que o Sr. Presidente tem conhecimento: uma carta dirigida ao Presidente da Câmara - um abaixo assinado, dos vendedores do mercado Manuel Firmino, que se queixam de perseguição constante de um funcionário da Câmara, que por vezes está alcoolizado e maltrata as pessoas e cria um certo clima de terror dentro do próprio Mercado.

Gostava de saber se o Sr. Presidente já tomou conhecimento disto? Se pensa arranjar tratamento para o senhor, evitando por vezes casos graves dentro do próprio Mercado? Porque

estes vendedores têm o direito de não serem perseguidos e de terem contentamento no seu local de trabalho. Tenho dito.”

Vogal António Manuel Coimbra:

“Muito boa tarde a todos. Primeiro gostaria de saudar os novos elementos que hoje estão connosco nesta Assembleia Municipal e principalmente ao meu colega Eng.º Luís Ramos; o Departamento de Química da Universidade de Aveiro tem nesta Assembleia dois representantes. Esteve connosco o Sr. António Ferreira, de Cacia, que nos veio trazer aqui algumas preocupações acerca da qualidade de vida. E acho muito importante que ele tenha estado connosco e tenha estado a partilhar alguns problemas que parecem supérfluos para alguns - porque são problemas de ambiente - ou seja, quando há necessidades básicas ..., felizmente em Aveiro nós podemos dar já o passo seguinte e procurarmos também suprir as necessidades básicas e darmos um passo em frente na qualidade do ambiente. De maneira que tudo quanto sejam preocupações de qualidade de vida a curto, a médio e a longo prazo, serão bem vindas.

E o problema que nos trouxe penso que nos deve merecer alguma atenção. Porque aquilo que se passa em Cacia com a FRUNFRAP, quando diz que existem camionetas com carga a céu aberto, ocorrem nas mais variadas horas também pela nossa cidade; e se queremos melhorar a nossa qualidade de vida temos que ter atenção a potenciais perigos que possam ocorrer.

Quando se diz que não há estradas que não têm passadeiras para as crianças atravessarem, não é só para as crianças, é para todos nós - nós precisamos de ter segurança nas nossas vias rodoviárias. Nós precisamos de ter segurança, seja em que local for no nosso concelho de Aveiro. Felizmente estamos em posição, aliás pelo cenário cor-de-rosa, sempre pintado nesta Assembleia e pintado pelo Sr. Presidente da Câmara, não vejo razão para que também estas pequenas preocupações não se possam tornar também preocupações relevantes.

Queria aqui hoje, nesta Assembleia também, falar um pouco mais de qualidade de vida; e qualidade de vida relacionada com a saúde em Aveiro e o nosso Centro de Saúde de Aveiro. Infelizmente esta semana passei uma experiência de ter que ser utente por um familiar que estava doente, tive que ser utente também do Centro de Saúde de Aveiro. E deu para verificar, como às vezes o facto de termos um edifício novo não resolve todas as situações, se a sua gestão e a política que estiver por trás desse edifício novo, não estiver resolvida. E isso tanto mais me preocupa a mim, membro da Assembleia Municipal, quanto a Assembleia Municipal até tem um membro eleito por todos nós na Comissão Concelhia de Saúde de Aveiro. Nós elegemos em Fevereiro de 98, o Dr. Capão Filipe como representante desta Assembleia, aliás numa coligação PS/PP que na altura aqui se gerou - por isso deve ser um cargo muito importante, e que eu gostaria que desse os seus frutos e que nos pudesse trazer aqui a esta Assembleia, realmente, o que é que tem sido levado lá, de preocupações da Assembleia Municipal, ao Centro de Saúde de Aveiro. Já fiz este desafio quando fez um ano da sua eleição, volto outra vez a lançar o desafio, passa-se um ano e meio que ele foi eleito e até agora não sabemos nada. Aliás, muitos de nós estávamos esquecidos que tínhamos esse representante, por isso terá sido esta uma boa altura para o poder lembrar.

Mas eu queria contar-lhes a traços largos, porque compreendo e quero respeitar o tempo que me concederam. Quero só dizer que acho lamentável, que uma pessoa que esteja doente tenha que ir de manhã para o Centro de Saúde para ser atendido à tarde, porque cada médico só pode atender seis pessoas; e por especial favor pode atender mais duas pessoas. Bom, e isto entretanto se não aparecerem alguns delegados de propaganda médica; porque se aparecerem os delegados de propaganda médica se calhar os doentes ainda esperam mais um bocado. E isto tudo está relacionado com a qualidade de vida; é que os aveirenses ainda estão habituados a isto - é com passividade que eu via as pessoas no Centro de Saúde à espera, e acharem muito normal - “é assim...”; “o senhor doutor entra às duas, mas não vem antes das duas e meia”; “agora estão lá uns senhores e ele não pode atender, de maneira que se calhar só às quatro

horas é que o senhor pode entrar” - e as pessoas estão lá desde as dez da manhã!! Então mas nós não dizemos nada quanto a isto? Quer dizer: metemos dinheiro, investimos dinheiro num Centro de Saúde que é novo, e afinal por uma questão de gestão não funciona bem?? E nós ficamos todos passivos? Eu acho que está na altura de não sermos passivos. E isto como me aconteceu, quando o médico nem sequer vê o doente e manda-o para as urgências do hospital; o médico confia naquilo que eu lhe estava a dizer? Então o médico não precisa de ver o doente? E outra situação: então e se o doente for à clínica onde actua o senhor doutor, aí a conversa já é muito diferente - é que eu já conhecia este senhor doutor da clínica: na clínica foi uma simpatia, ali não foi!? Como é: mas nós não temos nada a dizer quanto a isto?!

Parece-me que o problema não é uma questão de instalações. Nós já proporcionámos as instalações para que a saúde em Aveiro funcionasse bem. Penso que agora é uma questão de gestão. Eu peço é que nós como órgão autárquico, político, nós devemos ter uma palavra a dizer a estas situações que se passam, com a passividade de todos os aveirenses e com a passividade de todos os utentes.

Felizmente que há pessoas como o Sr. António Ferreira de Cacia, que nos veio aqui mostrar que há gente que não é passiva; era bom que houvesse mais gente que não fosse passiva para que estas situações realmente pudessem vir a ser resolvidas. Porque estas situações, são situações que realmente nos desgostam.

Antes de terminar, queria só fazer aqui um reparo: soube agora, pelo Prof. Britaldo Rodrigues, que houve um convite aos líderes das bancadas para estarem presentes na apresentação de vários Planos de Pormenor. Eu tenho sido uma das pessoas que me tenho interessado muito pelo planeamento ou pela falta dele aqui no concelho de Aveiro. Ainda agora estava a ver os meus papéis de Assembleias anteriores e via quantos Planos eu tinha, quantos Planos eu antigamente eu recebia. Infelizmente hoje em dia, nós não recebemos nenhuns, e faz-se uma apresentação de vários Planos e nós não recebemos um convite! Tanto convite que nós costumamos receber em casa da Câmara e este que era importante, afinal só foi para os líderes de bancada e nós não tivemos acesso a isso! Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:

“Sr. Deputado, sobre esse assunto só uma explicação que a Mesa entende dar, que é: o convite não foi para uma reunião formal, nem sequer uma apresentação; terá sido uma troca de impressões informal entre a Câmara, a Mesa da Assembleia, e um representante de cada bancada. Foi assim que isso foi entendido. É esta a informação que eu posso prestar.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Eu posso ter utilizado uma linguagem imprópria - julgo, porém, que disse ter ouvido uma descrição e não uma apresentação formal de Planos de Pormenor. Quero reconhecer que houve de facto troca de impressões, relativa a uma apresentação formal que se irá verificar. Houve, pois, informalidade na troca de impressões naquele momento.

Depois dessa apresentação ter sido feita e antes (porque foi há poucos dias) de haver esta reunião, eu tratei de convidar todos os membros da minha bancada para se reunirem, para discutirmos a estratégia para esta reunião e também para lhes dar conhecimento de que isto tinha sido feito. Para aqueles que faltaram eu terei oportunidade de os esclarecer quando considerarem oportuno.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Sr. Presidente da Mesa. Eu desejaria primeiro de tudo, de saudar os novos elementos desta Assembleia, concretamente o Sr. Eng.º Luís Ramos e a Sr.ª Dr.ª Maria João Pais, e augurar-lhes um bom trabalho ao serviço desta Assembleia e mais latamente ao serviço do Povo de Aveiro.

Saúdo também aqui o Povo de Timor, por ter obtido a oportunidade de se abrirem as portas para a construção de um país livre e autónomo. Lamento profundamente os acontecimentos que sobrevieram e faço votos pela paz e pela reconstrução daquele novo país.

Desejaria cumprimentar, embora na ausência, o Sr. Dr. José Costa, que deixou de estar ao serviço da Câmara - como vereador suspendeu o seu mandato; de quem realmente recebemos um trabalho algo profícuo, mas tenho de reconhecer que não tanto quanto esperávamos dele, não tanto quanto está dentro das suas capacidades. E penso que isso se deveu de alguma forma, penso que poderíamos ter beneficiado mais da capacidade que efectivamente o Sr. Dr. José Costa tem, e no meu entender, se isso não aconteceu deve-se a algo de sobrecaptação.

Saúdo igualmente o Sr. Dr. José Gonçalves e auguro-lhe naturalmente um trabalho profícuo, que também sei, ser uma pessoa de reconhecida capacidade.

E saúdo o Sr. António Ferreira por ter trazido aqui um tema realmente importante que hoje domina as governações modernas - que são as questões do ambiente. É importante vir aqui com estes problemas, é importante que as instituições, designadamente no caso concreto de Aveiro, a Câmara Municipal, esta Assembleia e o Município em geral, e a Universidade, se sensibilizem para fazer um rasteio completo daquilo que existe de mal, no bem, que no meu entender são as indústrias, no sentido de se vir a corrigir. Eu tenho sempre presente que as indústrias e o desenvolvimento é benéfico; agora há que cumprir é todas as regras a que essas indústrias vão estando sujeitas, há que fazer a inventariação dos males existentes e obrigá-las no fundo a cumprir. Portanto, há que compatibilizar os benefícios que se podem retirar, com a defesa e a preservação do ambiente - no fundo a qualidade de vida.

Outra preocupação que existe e que já foi ventilada aqui através da não existência de Planos de Pormenor, é questão que importa hoje também às gestões autárquicas modernas - é o ordenamento do território. E isso já tem aqui sido trazido à liça, e constitui uma preocupação enorme também das pessoas de Aveiro. O que na verdade, e no meu entender, se está a passar é que a partir das chamadas unidades operativas, hoje se concedem loteamentos, se conforma o ordenamento do território, através de cérceas; as cérceas estão contempladas no PDM que foi controlado por esta Assembleia, é certo, mas não estão os arruamentos - não estão previstos, e através de unidades operativas sem que a população e os interessados possam ter sido alguma vez ouvidos, pelos processos de loteamento que é um processo em que é envolvido o requerente e a Câmara Municipal, afinal se venha a desenhar a Cidade e as localidades sem que os órgãos com verdadeira legitimidade, que é esta Assembleia e o Público em geral, através da audição pública que aí é obrigatória e nos loteamentos não é, portanto, se venha a furtar à apreciação de quem de direito, essas questões magnas que são realmente importantes, não só para a organização do território, mas também se traduzem no fundo, em benefícios económicos - benefícios de uns em prejuízos de outros.

Estou-me a lembrar de algumas grandes obras que se fizeram na cidade de Aveiro, não quero dizer que isso tenha realmente acontecido, mas que possa mesmo ter acontecido. Urbanizações houve aqui e recentes, que até o desenho do que se vai fazer dos terrenos ou o que se fez nos terrenos, foi encargo do próprio interessado. E isto não é uma acusação, é uma verdade. Isso acontece penso que involuntariamente, não é seguramente um propósito da autarquia, mas essas situações devem a todo o custo ser evitadas. Não faz sentido realmente que uma entidade proprietária de uma vasta área de terreno, lhe seja permitido um estudo daquilo que se vai fazer, e depois no fundo venha afinal a informar - porque é um dado adquirido já, como condicionante inevitável do Plano de Pormenor para determinadas zonas.

Foi aqui referido por uma bancada desta Assembleia, designadamente pelo Sr. Prof. António Coimbra, que realmente um membro desta bancada, concretamente o Dr. Capão Filipe, nada mais injusto, com todo o respeito, no meu entender, que esta referência. Se há alguém que aqui já trouxe contas e debate, não veio propriamente fazer uma prestação de contas - dizer assim: eu fiz isto neste cargo ou deixei de fazer aquilo, mas isso temos de reconhecer que houve outros

elementos; e não há tradição de aqui se vir prestar contas. Digo: alguém aqui dos eleitos para os vários cargos no sector X, porque houve vários eleitos, não só para a saúde, alguém aqui, da bancada do PSD ou de outras, veio trazer contas? Não. Agora o que aconteceu, nada de mais injusto, porque o Dr. Capão Filipe trouxe aqui por várias vezes, e defendidos como se costuma dizer com unhas e dentes, questões com pertinência e com ligação à Saúde. E fê-lo em termos apaixonados e com benefícios evidentes para o distrito e para o município, se realmente essas medidas fossem implantadas; porque mereceram o aplauso não só desta Assembleia, mas da comunicação em geral. Estou-me a referir às linhas desenvolvidas por ele, em relação à organização hospitalar. Muito obrigado.”

Vogal Gaspar Albino:

“Sr. Presidente. Caros Colegas. Quase inteiramente, farei minhas as palavras do meu colega de bancada, o Dr. Jorge Nascimento, e só gostaria de sublinhar aqui, os desejos de bom desempenho autárquico ao Vereador Dr. José Gonçalves, que veio substituir o meu querido amigo de longa data, o Dr. José Costa. Sinceramente desejo-lhe êxito na sua actividade. Saúdo também os novos deputados municipais, e é com alguma tristeza que vejo substituir pessoas que me habituei a ser amigo - isso tenho que reconhecer. Espero que iguais laços de amizade se possam vir a estabelecer no futuro com os actuais.

Se pedi a palavra contudo, para além de desejar sublinhar aquilo que disse o Jorge Nascimento, foi para e em consequência da leitura de uma acta destas que foram aprovadas hoje, eu ter que esclarecer uma minha intervenção. Essa intervenção foi a respeito daquilo que eu talvez não tenha com felicidade definido, que era o relacionamento entre Aveiro e Ilhavo, ao ponto de o Sr. Presidente da Câmara ter interpretado das minhas palavras que eu estaria a propôr uma fusão entre as duas cidades. Nunca me passou isso pela cabeça, mas a verdade é que a intervenção do Sr. Presidente da Câmara foi nesse sentido e está consagrada em acta.

O que eu queria dizer e o que eu quis dizer, é que Aveiro e Ilhavo deveriam estabelecer institucionalmente uma irmanação, ao jeito daquela que existe com Arcachon, com Ciudad Rodrigo. E não vou ficar só por aqui, permitir-me-ia sugerir que o mesmo tipo de irmanação se viesse a estabelecer com as cidades da nossa zona de influência, que têm como denominador comum a Ria de Aveiro. Porque aquilo que verdadeiramente nos liga fisicamente e nos faz um todo, é esta jóia da coroa, plagiando expressão que ouvi não há muito, que é a nossa Ria e que nos molda a todos nós, os desta região, e poderá ser mesmo o vértice de alguma coisa maior; chamem-lhe área metropolitana, chamem-lhe o que quiserem, isso não importa muito. O que interessava era que isso fosse mais uma aposta na congregação de esforços para que todos nós os desta região agregada pudéssemos ter, com “lobbies” ou sem “lobbies”, uma expressão mais segura, mais forte, mais vincada. Foi isto que eu quis dizer da outra vez; penalizo-me por não ter sido capaz; mas é isto que eu sugiro de novo: que se estabeleça institucionalmente essa irmanação. Não é contra-natura, é natural. É mais natural do que qualquer outra. Se for possível, agradeço que o Executivo pense nisso. Tenho dito.”

Vogal Armando Vieira:

“Dando sequência às palavras do Sr. Gaspar Albino, gostei obviamente, e devo informá-lo que ainda este ano entrará na Assembleia da República o projecto Decreto-Lei de criação da área metropolitana de Aveiro, que já está elaborado.

Passando adiante e Aveiro não será só a Ria, que é muito importante sem dúvida, é também o campo, é também o interior, é também a zona serrana, que fazem parte do todo que é o Distrito de Aveiro, que é tão importante como todos nós sabemos e do qual todos temos orgulho.

Depois deixe-me dizer-lhe Sr. Presidente, que há muitos anos que me habituei a ver, que era por estas alturas de campanhas eleitorais, hábito de não se marcarem Assembleias para os períodos da campanha. Julgo que houve aí qualquer esquecimento, porque era uma acordo de

cavalheiros, que assim acontecesse; obviamente que esta Assembleia, é regimental, teria que se realizar, mas deveria ter havido o cuidado de que se realizasse até ao dia vinte seis. Porque de alguma forma, algumas das pessoas que aqui estão, estão envolvidas em campanha e com certeza que esta Assembleia não vem no melhor momento. O próprio Dr. Candal é um defensor deste tipo de atitude, quando há as campanhas ou quando há interesses de qualquer das forças políticas aqui representadas em jogo, e estranho bastante que o tenha sido.

Quero saudar efectivamente também o Sr. Dr. José Gonçalves, pelas novas funções, saudar também os novos colegas desta Assembleia: o Sr. Eng.º Ramos e a minha querida amiga Maria João Pais - uma jovem conquista desta Assembleia, que trará uma mais-valia ao nosso trabalho. É uma pessoa esclarecida e sabe que só com a Social Democracia é que este país anda para a frente.

Permitam-me que não esteja de acordo, não vou aqui criticar o Sr. Dr. José Costa - que abandonou o cargo, até porque não está aqui presente; era uma pessoa de trato muito afável, muito correcto tenho que dizer isso, mas também tenho que dizer que abandonou o cargo para o qual foi eleito, e eu sou sempre contra essas situações. Nessa perspectiva e daquilo que eu sei, de coisas que ficaram por resolver e que deveriam ter sido resolvidas por ele, porque foi ele que as acompanhou, e este abandono resulta em atrasos que prejudicam o município de Aveiro. No entanto desejo-lhe as maiores felicidades nas novas funções, e ao empossado Dr. José Gonçalves, também as maiores felicidades e estou certo que vai ser uma mais-valia no Executivo Municipal.

Depois deixem-me dizer-lhes meus senhores, que estamos a passar momentos em que se nota na sociedade portuguesa, laivos de intolerância crescente. Se não sabem, porque nós até nem fizemos público disso, éramos para fazer uma conferência de imprensa, depois resolvemos não o fazer: na madrugada de vinte e oito, houve uma tentativa de incêndio na sede de campanha do PSD - é muito grave meus senhores, o que se está a passar.

Foi posto o fogo à sede, fomos alertados a tempo e horas por um senhor de um bar que está fronteiro, que ainda antes de nós chegarmos teve o cuidado de alertar um carro de polícia que passou, olhou displicentemente e seguiu caminho, e as coisas continuaram a arder e felizmente não se propagou ao resto do edifício, o que podia ter sido muito grave.

Os sentimentos de intolerância reinante e a ausência de respeito pelo direito à diferença, que estão instalados na sociedade portuguesa, devem preocupar-nos a todos - sejamos poder, sejamos oposição. Devemos estar extremamente preocupados, porque meus senhores, e agora não me levem a mal os representantes do Partido Socialista: eu ontem tive o cuidado de dar uma volta, no fim do comício do PS, pela zona do comício, na passagem de pessoas ...”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Vieira, só um momento. Eu não posso admitir uma coisa; e interpelo-o pessoal e directamente: o senhor acaba de falar de sinais de intolerância, acaba de falar de uma alusão ao incêndio de uma sede e passa de imediato a uma referência ao Partido Socialista, isso não posso admitir.”

Vogal Armando Vieira:

“O nervosismo das pessoas não deixa completar a frase que diria o que eu queria dizer. Eu sou uma pessoa serena, mas defendo intransigentemente o direito à diferença. No fim do comício do Partido Socialista, ontem, a propaganda política do PSD no percurso das pessoas que foram ao comício, foi totalmente destruída - tive o cuidado de fotografar.

Meus senhores, eu nunca deixei, desde que há eleições democráticas, que ninguém que me acompanhasse mexer fosse no que fosse de outro partido. Nunca promovi esse tipo de coisas,

nunca promovi essas destruições, e não é tolerável que tal aconteça nestes tempos de unanimismo reinante que devem preocupar-nos também pela via do direito à diferença que todos temos. Quero alertar os aveirenses para este estado de coisas, que nada traz de bom para vida democrática portuguesa e para a segurança dos cidadãos.

Quero ainda passando a um outro assunto, denunciar a nova lei das expropriações. Os portugueses andam anestesiados. As pessoas que se interessam por estas coisas, os proprietários que ao fim e ao cabo são tantos, não se aperceberam ou a esmagadora maioria das pessoas ainda não se apercebeu, da gravidade da nova lei das expropriações. Aquele homem que foi Primeiro-Ministro e que fez uma lei de expropriações, em que privilegiava a defesa dos direitos dos proprietários - foi o Primeiro-Ministro Cavaco Silva - que defendia claramente o direito ao equilíbrio nas expropriações, viu essa lei ser anulada e aprovada no último dia da presente legislatura pelo Partido Socialista e pelo PCP - uma lei de expropriações altamente gravosa para os proprietários que venham a ser expropriados. É que ficam sem defesa e ficarão obviamente, fortemente prejudicados, sempre que tenham terrenos ou propriedades, imóveis para expropriar - por interesse público obviamente.

Sou um defensor acérrimo da posse pública imediata, sempre que seja necessário construir qualquer equipamento de interesse colectivo. A posse imediata desse bem, deve funcionar em pleno. Agora, é intolerável, a lei das expropriações e o articulado dessa lei, e eu alerto aqui os Aveirenses para a gravidade desta lei, que pôs praticamente na mãos dos poderes públicos, o preço a pagar, quase sem defesa para quem é dono das propriedades. É bom que os aveirenses, estejam alertados para esta situação.

Por último, falando de algumas questões como a Saúde - eu não estranho já os problemas da Saúde, eu conheço casos de consultas de neurologia que têm que ser marcadas com quatro anos de antecedência. Este é o meu contributo para uma leitura do estado da Saúde em Portugal.

Depois Sr. Presidente, há vários anos que ando aqui a pedir-lhe, a falar, no troço da estrada 335, Aveiro/Cantanhede, na zona de Quintãs provocou nos últimos seis anos, dezoito mortos. Se calhar há dois anos que está previsto colocar ali uma semaforização limitadora de velocidade - não avança!/? E o que eu lhes devo dizer é que, nos últimos dois meses, houve mais três acidentes graves e um morto. Não percebo porque é que isto não está resolvido Sr. Presidente?!

Depois ainda uma outra questão: há uns abrigos para as crianças da escola EB 2-3 de Oliveirinha, que foram retirados, e que uma empresa de Aveiro se propõe substituir gratuitamente. Precisa para isso que a Câmara estenda um determinado contrato de exploração publicitária; a Câmara não tem qualquer encargo com a colocação dos abrigos. Pois meus senhores, as aulas já começaram, já houve chuva, e as crianças estão à chuva porque não há abrigos! E eu não tenho explicação, Sr. Presidente, não encontro explicação para este estado de coisas: porque é que não é dada a liberdade e ordem e autorização à empresa para instalar os abrigos, que ela própria vai pagar? E que obviamente vai ver ressarcido o investimento com publicidade. Obviamente que é assim! Eu ainda não consegui perceber porque é que a Câmara não faz a extensão do contrato de exploração publicitária até à Freguesia de Oliveirinha? O que é que se passa Sr. Presidente? - Então afinal o concelho é só a área urbana?

Para terminar, gostaria de lhe dizer, Sr. Presidente, que estou preocupado com a baixa execução do Plano de Actividades de mil novecentos e noventa e nove. Não satisfaz minimamente. Tenho dito.”

Vogal Nuno Tavares:

“Sr. Presidente. Srs. Membros da Assembleia. Eu associo-me naturalmente às palavras que aqui foram por todos dirigidas, quer aos novos elementos desta Assembleia, quer ao Sr. Dr. José Costa e à lembrança muito agradável com que todos dele ficámos, desejando a todos, quer ao Dr. Gonçalves, novo vereador, quer aos novos colegas, as maiores felicidades de trabalho o mais frutuoso possível a bem da Assembleia, da população de Aveiro, etc.

Houve pontos aqui que foram referidos e dos quais me permito salientar a referência à situação do Centro de Saúde de Aveiro. É uma situação, infelizmente, tanto no sector da saúde como noutros, frequente e de há muitos muitos anos para cá.

Eu tenho, com alguma experiência que ganhei nesse sector, tenho as minhas ideias próprias sobre isso e creio que na base de tudo, está muito simplesmente a promiscuidade entre o publico e o privado.

Quer dizer, qualquer pessoa, qualquer profissional, finda a sua carreira académica opta por servir a comunidade e é um funcionário público; ou servir a comunidade também, mas de outra maneira, mas tendo objectivos pessoais e do ponto de vista material mais alargados, e então arrisca na profissão liberal. Agora, isto de se ter um pé num hospital ou numa repartição publica, ou seja no que for, e ter um pé cá fora - isto não vai a lado nenhum; isto é promiscuo; isto não conduz ao bom nome de tantos e tantos profissionais que nas mais diversas ocupações e dos mais diversos sectores, desempenham exemplarmente a sua missão e a sua profissão.

Há casos e casos, não podemos generalizar, mas são nódoas que alastram como azeite e acabam por mais ou menos ir afectando a comunidade e os Serviços que devem servi-la.

Mas o ponto a que eu me queria referir essencialmente é este: na véspera da chegada ou da visita a Portugal, de um verdadeiro herói, um herói que fala português, um herói dos tempos modernos que combateu pela liberdade do seu povo durante dezena e meia de anos, o resto teve que estar na cadeira, teve que suportar as agruras das prisões javanesas, parecia-me apropriado que esta Assembleia não deixasse de exprimir, enquanto Assembleia representativa da capital de um distrito como é o nosso, uma mensagem da mais expressiva solidariedade para com o Comandante Xanana Gusmão e para com o Povo mártir de Timor. Timor tranquilo ao longo de séculos durante a presença portuguesa; Timor mártir durante a 2.ª Grande Guerra, com as atrocidades que os japoneses lá praticaram; Timor mais uma vez mártir, quando os inconscientes e irresponsáveis representantes de um período que martirizou também ou ia martirizando gravemente o povo português - como foi o período de setenta e cinco, quando representantes, inconscientes e irresponsáveis, lá enviaram homens seus que trataram de destabilizar todo o clima que se vivia em Timor, que estava pacífico. E eu relembro por exemplo aqui a intervenção do Sr. Dr. Almeida Santos, enquanto Ministro da Coordenação Interterritorial, em visita oficial a Timor, de lá regressou e confessou que estava de facto equivocado, que estava profundamente enganado, quanto à sua opinião acerca do Povo de Timor. Porque sentiu lá um portuguesismo e um amor a Portugal que não pode deixar de sublinhar muito expressivamente. Pois foram esses representantes do tal MFA, que levaram ordens e mandaram entregar as armas que havia ao movimento então Marxista/Leninista, que era a FRETILIN, porque havia e eu continuo a acreditar que a maioria do povo de Timor, continua com um sentimento de profunda ligação a Portugal. Ora bem, a inconsciência e a irresponsabilidade, conduziram à invasão da Indonésia. E isso leva-me a outra constatação, que toda a gente devia saber: ao contrário do romantismo de muitos, o que determina a posição dos países no tabelado internacional, não são ideais, são interesses nacionais próprios, e é evidente que as potências dominantes daquela região, naquela altura, com o apoio também dos países ocidentais - os Estados Unidos - não podiam de maneira nenhuma permitir a instalação de uma nova Cuba junto de uma zona de influência ocidental.

Eu quero prestar homenagem, e penso interpretar o sentimento comum, à luta heróica do Povo de Timor. E prestar também a minha homenagem, à diplomacia portuguesa, que ao longo de muitos anos soube lutar contra o silêncio da opinião pública instalada, da opinião pública e dos grandes políticos do mundo a quem não interessava falar sobre Timor. E foi essa persistência, essa tenacidade da política e da diplomacia portuguesa, que ao longo de anos, mas contando naturalmente com a resistência heróica dos Timorenses no interior do seu território - da resistência contra os javaneses, volto a dizer, que fez voltar a olhar a opinião pública para Timor com novos olhos, com o olhar perfeitamente oposto à indiferença com que tinham

assistido ao genocídio, à tragédia, ao drama, que levou à morte centenas de milhares de Timorenses. É altura meus senhores, na véspera como disse, da chegada a Portugal de um herói que ontem por um responsável americano foi comparado a Nelson Mandela - o Nelson Mandela de Timor. É a esse herói que fala português, que nós na Assembleia Municipal de Aveiro, deixemos a nossa sentida, profunda e expressiva homenagem. Tenho dito.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente. Relativamente a um tema que foi abordado por representantes de várias bancadas em registos vários, designadamente a questão de Timor, eu tomava a palavra apenas para dizer que me recuso a entrar num plano como o que hoje nos traz, de disputa político-partidária, sobre qualquer prisma, a tomar outra atitude que não expressar o sentimento que perpassa todos portugueses, enquanto cidadãos, de profunda compaixão e solidariedade; e portanto, sobre Timor nada mais quero dizer.

Relativamente às intervenções, essas sim político-partidárias, hoje aduzidas. O Prof. Henrique Diz, há pouco chamava à atenção para as declarações do Eng.º António Guterres de há quatro anos, eu registo apenas que não cite com igual enlevo as afirmações do Dr. Durão Barroso de há quatro anos, relativamente aos méritos das maiorias absolutas, porque manifestamente é uma questão que está muito mais na ordem do dia do que qualquer outra.

Em segundo lugar, o Prof. Britaldo Rodrigues puxou há pouco de um livrinho, e para usar as suas próprias palavras, “terá sido redigido quando o Eng.º João Cravinho não sonhava ser ainda deputado por Aveiro”; certamente terá sido escrito no tempo em que o Prof. Britaldo sonhava ainda ser deputado por Aveiro. Eu terei pois muito gosto em ofertar-lhe um livro que demonstra à sociedade várias promessas. É que se há campo onde o PS pede meças e exhibe a sua superioridade governativa sobre qualquer governo do Prof. Cavaco Silva, é no plano das competências autárquicas. Porque é objectivo que nesta legislatura as transferências para os municípios cresceram entre cinquenta e cem por cento - isto é incontroverso.

O que o senhor disse é uma falsidade por omissão; é que o senhor esquece-se que foi alterado o FEF. E com a substituição do FEF por dois fundos - que é o Fundo de Coesão Municipal e o Fundo Geral Municipal; foi introduzido um elemento de solidariedade. V.Ex.a quer fazer figura aqui neste concelho que é rico, mas esquece-se que sem a introdução do elemento de Coesão os pobres estariam destinados a ser mais pobres.

O mapa que referiu, diz respeito ao Fundo Geral Municipal, cujos critérios objectivos, demográficos, de densidade populacional, etc., não introduz o segundo elemento, que com a alteração da Lei das finanças locais como V/Ex.a sabe, foi o Fundo de Coesão Municipal. Por aí não vá que vai mal.

Uma alusão aos novos membros desta Assembleia e também da vereação; saudação sincera a todos, votos das maiores felicidades, e apenas um reparo feito pelo Sr. Vieira: o Dr. José Costa não abandonou nada. Como sabe o Dr. José Costa suspendeu funções, que não é exactamente a mesma coisa, e sabe que ele foi convidado para o exercício de elevadíssimas e respeitadíssimas funções, o que enquanto aveirenses a todos nós nos deve congratular.

Finalmente, sobre a intervenção do Sr. Armando Vieira, que agora com uma pose grandiloquente e já de estadista, que daqui saudamos, veio introduzir uma alteração na sua postura, que é a concretização de um estilo de política que o PSD nos últimos dias e até ao dia dez de Outubro veio trazer ao PSD de Aveiro; e nota-se desde logo ao falar baixinho.

Só que lamento que não se tenha quedado de falar baixinho, mas tenha falado rasteiro. E permita-me que, com toda a frontalidade lho diga. Porque se há coisa que em política eu considero objecto (e peso bem as palavras que digo), são as insinuações persuasivas. V/Ex.a num estilo, repito, rasteiro, veio aludir a possibilidade de um acidente, que dando de barato que se tenha verificado - pelos vistos V/Ex.a disse, tanto tentou abafar que pelos vistos não ficou registo nenhum - mas dando de barato que terá existido um incidente com a sua sede de

campanha provocado por um qualquer mal feitor, que obviamente todos nós repudiamos. Que todos nós repudiamos, não tenha dúvidas. Só que eu não ando aqui há cinco dias, V/Ex.a não anda aqui há seis, e obviamente V/Ex.a tentou insinuar que uma força partidária estaria por trás desse acto reprovável. E mais, eu podia entrar no jogo e usar as palavras do Dr. Raúl Martins e dizer que o “Prof. Britaldo estava isento de culpas nesse incidente”, mas não vou entrar por aí, porque acho que as suas declarações são demasiado graves e V/Ex.a por enquanto teve as funções que teve; provavelmente, porque no lugar que está, mesmo no desaire que o PSD vai ter - aliás o PSD Madeira hoje fez um comunicado a aludir a esse desaire - portanto, mesmo nessas contas penso que V/Ex.a será eleito deputado e daí antecipadamente o saúdo. Agora, rejeito manifestamente esse estilo de vitimização. Porque até lhe posso dizer uma coisa, todos os membros desta bancada do PS sabem e que é desnecessário trazer para aqui: estatisticamente está demonstrado que de toda a propaganda que o PS espalha por este concelho, o maior índice de vandalização é em Oliveirinha - e eu escusava de dizer isto - porque manifestamente V/Ex.a não é culpado disso, agora isso é um dado objectivo, mas se netra nesse registo, já sabe que por aí não vamos.

Finalmente, para regressarmos ao plano concelhio, apenas uma observação à Câmara Municipal que eu gostava de aqui pôr, que é relativamente à densificação ou a não fluidez crescente do trânsito nesta cidade. E refiro-me a um pequeno ponto de conflito no trânsito que me parece relativamente fácil de obviar, que é a questão do cruzamento da Avenida de S.^{ta} Joana, com a Avenida 25 de Abril. Porque em determinadas alturas do dia, em que a circulação da Avenida de S.^{ta} Joana, se faz com raros desvios para a Avenida 25 de Abril, portanto não se cria aquele hiato na circulação, de modo que o trânsito vai acumulando na Avenida 25 de Abril, até chegar praticamente a ocupá-la toda. E portanto, eventualmente uma sinalização semaforica, controlada manualmente por um qualquer funcionário ou de um sinaleiro, mas penso que isso já não depende da Câmara Municipal, mas uma sinalética deste género penso que seria uma forma de obviar essa questão. Muito obrigado.”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, invoco a figura regimental da defesa da honra, para dizer ali ao meu querido amigo Dr. Filipe Brandão, que no mínimo foi deselegante e eticamente condenável com as afirmações que fez a propósito do Sr. Prof. Britaldo.

São afirmações inadmissíveis numa pessoa com a formação do Dr. Raúl Martins - e fico-me por aqui.

Quanto à vandalização de campanha eleitoral, nomeadamente na minha freguesia, eu tenho que dizer ao Dr. Filipe Brandão, que ele é muito jovem nestas coisas. Eu fiz campanhas desde a primeira hora. E o Dr. Filipe Brandão, desconhece que em Oliveirinha, é uma prática salutar de muitos anos e de todas as campanhas, de uma maneira geral que no fim das campanhas se reúnem todas as forças políticas em competição, num convívio, bebendo e comendo qualquer coisa no último dia de campanha. Como vê, entre nós há um absoluto respeito pelos direitos à diferença das outras forças políticas; isso só demonstra portanto, e esta afirmação vem confirmar que o Dr. Filipe Brandão fez uma acusação que é falsa, e que com certeza os camaradas dele de Oliveirinha repudiam, porque sabem que muitas vezes fornecemos escadas ou cordas ou arames uns aos outros e até já fizemos a distribuição da propaganda juntos. Veja lá se é admissível o que ele afirmou. Tenho dito.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Invoco também a defesa de honra, para dizer que quando se refere a propósito do incêndio na sede de campanha do PSD, informação que eu não seria, porque estava não sei com quem - queria dizer que dispenso esse tipo de defesa por parte da bancada do PS, porque toda a gente

me conhece suficientemente bem, para saber que não era meu timbre executar coisas destas em relação ao PSD. Muito obrigado.”

Vogal Luís Ramos:

“Sr. Presidente. Colegas membros da Assembleia Municipal e outros presentes. Eu queria começar por agradecer as saudações dirigidas aos novos membros da Assembleia Municipal e em particular a mim, e responder-lhes da seguinte maneira: declarando que faremos todo o nosso possível por trabalhar de uma maneira útil aqui na Assembleia Municipal, esperando que durante o curto período que vai ser o do nosso trabalho aqui, a Assembleia colectivamente possa resolver problemas importantes e ter um trabalho positivo.

Depois queria falar brevemente na questão levantada por um munícipe, a propósito de uma questão relacionada com a poluição numa zona da freguesia de Cacia. Nós gostávamos de sublinhar, de facto, o carácter importante de que se reveste estas intervenções de munícipes; a importância de defendermos sempre o direito que os munícipes têm a estas participações e também dizer, que certamente nós esperamos que este problema vá ter a atenção de quem lhe pode e deve dar atenção para ser resolvido; gostávamos de dizer também que para além dos protestos ocasionados por prejuízos particulares de alguns munícipes, pensamos que têm igualmente ou ainda mais força, as manifestações de posição de grupos de munícipes, daquelas em que é possível fazer um trabalho prévio para encontrar denominadores comuns, e portanto, apresentar propostas de soluções que têm um carácter mais do que particular, colectivo, e dizer também, a terminar, que nós ao contrário do nosso prezado munícipe, não subscrevemos propriamente a sugestão de que a Câmara se deva instalar ou passar algum tempo ao pé das chaminés da FRUNFRAP, para assim ter uma consciência mais aguda da gravidade do problema. Nós sabemos que não é preciso isso; nós não deixamos de reconhecer que a Câmara tem dado atenção a esses problemas, mas gostava de dizer com ironia, mas desde já abrindo o jogo dessa ironia que se a Câmara perdesse algum do tempo que tem mobilizado nesta fúria inauguracionista coincidente com a campanha eleitoral, certamente estaria ainda em melhores condições de corresponder a estes pedidos e de ajudar a resolver estes problemas. Portanto, a ironia é só para dizer que o PCP de facto, discorda de que não se faça todo o possível por evitar localizar neste período eleitoral, essas inaugurações e essas visitas de membros do governo aqui em Aveiro. Estamos certos de que era possível evitar isso e de que os problemas, não ficariam por resolver se isso fosse feito. Obrigado.”

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Em primeiro lugar, também gostava de felicitar com simpatia, os novos elementos que passam a fazer parte desta Assembleia - até porque são pessoas jovens e que nós devemos apoiar com toda a sinceridade.

Seguidamente queria felicitar, mas felicitar com amizade, o meu amigo Armando Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Oliveirinha, pela sua eleição (porque vai ser eleito) a deputado da Assembleia da República. Só espero e espero com amizade, que continue, mesmo na Assembleia, a ser a pessoa que nós conhecemos, a defender a ruralidade, e a defender acima de tudo, os Presidentes de Junta de Freguesia.

Seguidamente, queria agradecer pessoalmente ao Sr. Prof. Henrique Diz, o apoio que me deu na defesa da Freguesia. No entanto, chamo aqui à atenção aos residentes que o informaram, que não faziam nada mal, se dessem conhecimento à Junta de Freguesia, daquilo que sentem que está mal. A Junta está aberta todos os dias para os ouvir e eu pessoalmente tenho o telefone todos os dias ligado para os poder atender.

Seguidamente, foi mais uma vez aqui falado nos problemas do mercado Manuel Firmino; eu queria chamar aqui à atenção, que quando de uma intervenção aqui há tempos - há três meses, o Sr. Prof. Britaldo, falou aqui de um abaixo assinado que foi apresentado à Câmara de Aveiro

sobre o mercado Manuel Firmino, como este mercado faz parte e continua a fazer parte da área da Junta de Freguesia da Vera Cruz, eu como tinha também esse comunicado, e como me interesse pelos assuntos que acontecem e pelos problemas que acontecem na freguesia, enviei à Câmara Municipal um ofício, em um do seis de noventa e nove, que diz assim: "Temos em nosso poder uma cópia de um abaixo assinado, datado de trinta e um de Março, que foi entregue a V/Ex.a quando da visita ao mercado. Para podermos analisar este abaixo assinado com isenção, pedia a V/Ex.a, que nos fosse facultado o nome dos comerciantes e lavradores inscritos com bancas no mercado Manuel Firmino". Nós pedíamos isto, porque íamos fazer um inquérito pessoalmente aos comerciantes.

Eu queria informar aqui, segundo me foi dado a conhecer, existem inscritos uma média que não chegam a quarenta comerciantes, e o abaixo assinado, tem cento e trinta e seis assinaturas. Eu queria por acaso ter isso na mão, até para poder defender a Câmara, lamentavelmente até hoje nunca me foi dado uma resposta. Não sei porquê?

Seguidamente, eu queria chamar à atenção do seguinte: pedia aqui ao Sr. Presidente da Câmara, se nos sabia informar, o que se passa realmente com a Capitania. É que gastou-se ali (não sei por quem), dinheiro de nós portugueses e para aqueles que vivem no dia-a-dia com o mau aspecto ambiental que se criou, que não construíram nada, só destruíram; ficou pior do que o que estava. Eu queria saber, Sr. Presidente da Câmara, de quem é a responsabilidade disto? E condenar as entidades que fizeram aquela desgraça.

Seguidamente eu queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, se já sabe alguma coisa, de um pedido que eu fiz, em que pedia à Câmara para fazer um inquérito sobre as casas comerciais que existem, mais na minha freguesia do que no concelho, mas no concelho também, de artigos inflamáveis e que são um perigo contínuo para a cidade? E eu digo isto, porque quando houve aquele incêndio ali no centro de Aveiro, o senhor falou numa casa de tinta que existia ao lado, mas ninguém falou num depósito de gás que existe atrás - e isto é perigoso! Portanto gostava de saber se alguma coisa foi feita.

Também gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, se de facto vai ou não mudar o nome da Rua da Força Aérea Portuguesa? Ou se está à espera de a mudar quando fizer a presidência aberta na Freguesia da Vera Cruz?

Queria também chamar à atenção, neste caso na Rua Manuel Firmino, existe uma casa com um valor incalculável, com a sua fachada de Arte Nova - que é de quatro estações. Quero dizer que essa mesma casa está a desmoronar-se, e mesmo dentro tem um valor, que não se deve saber o valor do recheio em termos de azulejos - as paredes são todas cobertas a azulejaria. Eu gostava de saber se há alguma coisa para se fazer sobre essa fachada? Do mesmo modo falando em Arte Nova, a Câmara fez em devido tempo um estudo e apresentou os percursos das fachadas de Arte Nova da cidade. Isto realmente é uma riqueza turística, mas gostava de saber se a Câmara a seguir contribuiu para que se fizessem os circuitos para mostrar a quem nos visita a riqueza que existe na nossa cidade?

Seguidamente, também gostava de questionar a Câmara, sobre a iluminação que falta na zona envolvente ao Centro Social e Paroquial da Vera Cruz. Já falámos nisto aqui há quatro meses, e eu quero dizer mais uma vez ao Sr. Presidente da Câmara, que não é correcto. As pessoas já lá habitam; hoje aquela artéria tem uma movimentação muito grande, os postos de iluminação estão prontos, os circuitos estão efectuados, e não compreendemos que ao fim de oito meses ainda não exista iluminação!

Queria ainda chamar aqui à atenção, daquilo que se está a passar não só com os Serviços Municipalizados, como com a LusitâniaGás. A baixa da Beira Mar continua a ser destruída! Quando querem montar o Gás Natural: fazem, desfazem; as pessoas caem, os carros não podem passar e existem já ruas, caso da Rua Homem Cristo, em que a LusitâniaGás passou por lá, destruiu a rua toda e ao fim de quinze dias continua tudo na mesma.

Eu chamava à atenção para que eles fossem mais rápidos nas reparações. E por agora é tudo Sr. Presidente.”

Vogal João Maia:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Srs. Deputados. Gostava de focar apenas uma situação, ao fim e ao cabo fazer uma chamada de atenção, claro que no bom sentido, que tem preocupado alguns dos munícipes e que diz respeito precisamente à implantação de linhas de alta e média tensão no nosso município. É sabido que será a Direcção Geral de Energia que licencia, e com os seus regulamentos nos dá garantias das condições em que essa implantação é feita; por outro lado há afixação de editais e publicação no Diário da República, mas julgo que não seja suficiente, pois sabemos como às populações tais factos passam ao lado.

Portanto, no meu entender, a localização destas linhas eléctricas são controversas e normalmente associam-se a casos graves na saúde pública. Inclusivamente na América há situações postas em tribunal, muito pertinentes, e que levaram a indemnizações bastante elevadas. Não há dúvida que há aqui um problema de degradação nítida da qualidade de ambiente; não só pelo desequilíbrio emocional que a colocação de tais linhas por cima das casas dos nossos munícipes criam - casas essas construídas há bem pouco tempo. Casas que passam a ser atingidas por campos magnéticos fortíssimos, cujos efeitos não há dúvida que são altamente prejudiciais, trazem problemas de cancros, segundo as opiniões mais avalizadas. Mas o que eu acho mais grave ainda, no meio de isto tudo, é a falta de conhecimento que hoje em dia, julgo saber, que ainda se desconhece em toda a sua extensão. Portanto, eu perguntava à Câmara quais as medidas que tem tomado em termos de planeamento e se tem ouvido as Juntas de Freguesia para este grave problema?

Muito rapidamente, permitia-me ainda focar meia dúzia de assuntos. Começo por saudar a presença do Sr. Vereador José Gonçalves e dos novos membros desta Assembleia, fazendo votos para que realizem um trabalho eficaz em prole do nosso município. Lamentar que esta reunião tenha sido agendada no último dia imposto pelo regimento, manifestamente contra o desejo de alguns dos senhores membros desta Assembleia, que gostariam daqui a um bocadinho estar a ouvir o relato do nosso querido Beira-Mar. Apoiar as palavras da Sr.^a Deputada Clara, no que diz respeito ao PROCOM, na medida em que eu também tenho conhecimento de algumas situações de dificuldade económica. Por último, ouvido o munícipe que se dirigiu a esta Assembleia para expôr um problema de ambiente, incentivá-lo para que nunca desista de enviar à Câmara denúncias e fazer mesmo abaixo assinados sobre os problemas ligados à degradação da qualidade de ambiente, pois a Câmara com certeza que os enviará a quem de direito; inclusivamente contactar as associações ligadas ao ambiente. Tais preocupações vão sempre fazer com que as inspecções das instâncias superiores, obriguem à regularização dos problemas, que às vezes, e só por desleixo passam pela simples troca de um filtro - como é o caso concreto da FRUNFRAP - ou então o uso de uma cobertura. E era tudo, muito obrigado Sr. Presidente.”

Vogal Raúl Martins:

“Queria fazer uma referência particular ao caso que aqui foi trazido por várias vezes - parece que não é só o Governo, é também a Câmara que tem prometido muitas inaugurações - se há inaugurações é porque há obra feita; contrariamente ao que dizem alguns críticos da oposição. E penso que o Governo (isto é, preso por ter cão e por não ter), se não inaugura, é porque não tem obra, se inaugura, está a fazer política eleitoral. E nem vejo porque é que eles necessitavam disso porque vão ter os próximos quatro anos para fazer todas as inaugurações que quisessem com calma. Também efectivamente concordo com a oposição, quando efectivamente se podiam deixar para o fim do ano e para o fim do milénio todas essas inaugurações; só que a obra do

Governo tem sido tão basta, que certamente que quase nos próximos anos a única coisa que fariam eram inaugurações.

Quanto ao problema que aqui foi trazido pelo Sr. Deputado Municipal (por enquanto) Armando Vieira, da destruição da propaganda eleitoral do PSD na zona do comício do PS. Se efectivamente houve destruição, foi alguém infiltrado que não gosta do PS, porque desde a primeira hora logo que nós vimos a propaganda - e de um dia para o outro Aveiro foi pejado de propaganda do PSD, inclusivamente numa altura em que era ilegal expôr a propaganda que expuseram e era permitido legalmente destruí-la e não foi destruída, nós dissemos: nem tocar na propaganda do PSD, porque aquele cartaz com a cara daquele senhor, só veio trazer obviamente benefícios ao PS. Portanto, se existe efectivamente alguma propaganda destruída, certamente foi alguém que não percebe nada de política e efectivamente fez uma coisa contra os interesses do Partido Socialista.”

Vogal Álvaro do Bem:

“Vou procurar ser rápido. Não era para falar nisso, mas já que insistem, e insistem sobre a destruição da propaganda, vou vos dizer o seguinte: as fotografias que o meu ilustre membro desta Assembleia tem, gostaria que tivesse tido a possibilidade de ter tirado as fotografias dois dias antes e possivelmente já dois dias antes teria tido a propaganda destruída no mesmo local. Ou seja, é falso que a propaganda tenha sido destruída exactamente ontem.

Ao Sr. Presidente da Câmara, queria-lhe manifestar mais uma vez a minha preocupação com os postos de combustíveis dentro da cidade. Já não digo dentro da cidade para não abranger os inúmeros postos de abastecimento que existem, mas alguns que em qualquer cidade com o nome que já Aveiro tem, não justifica de maneira nenhuma a permanência dessas bombas, nomeadamente, o caso da Avenida Dr. Lourenço Peixinho. São zonas residenciais, com uma grande densidade populacional e que mesmo que as margens de segurança da capacidade dos combustíveis seja reduzida naquelas zonas, se houver algum problema, pesará alguma coisa na consciência de todos nós pelo facto de isso existir há tanto tempo.

Segundo apontamento, no qual não era para falar, mas como foi focado aqui pelo Dr. Nuno Tavares, que é a questão de Timor e sobre o qual fez uma bela intervenção. Temos algumas divergências sobre análises históricas, que inclusivamente tive o cuidado de lhe dizer antes de ele se retirar, que depois íamos discutir isso lá fora, por isso não vou fazer essa abordagem na minha intervenção. Mas há aqui algo que queria propôr à Câmara: que estudasse a partir de agora, por que a questão de Timor tem o seu “timing” em relação à imprensa; daqui a uns meses possivelmente vai acontecer como alguns dos temas que nós já falámos. Alguém tem noção do que se fala sobre o Kosovo nesta altura; alguém tem noção do que se fala de Chiapas nesta altura, e que são problemas semelhantes e que se calhar não tão atentos à comunicação social. É para dizer ao Sr. Presidente que a sugestão que eu lanço, é a seguinte: estude, porque nós estamos geminados com uma cidade que está muito longe daqui “Oita” e que penso, nesta altura, já, a possibilidade de uma das povoações que não precisa de ser cidade - possivelmente Timor só vai ter uma cidade daqui a muito tempo, que estude a possibilidade de geminar Aveiro com uma das terras de Timor Loro Sae, que tenham as mesmas características geográficas, do lado do mar-mãe (como dizem) ou mar-mulher, e estudar agora porque parece-me que daqui a uns tempos as pessoas se vão esquecer. É esta a sugestão que eu faço. Disse.”

Vogal Armando Vieira:

“Quanto à propaganda destruída, Sr. Presidente deixe-me dizer-lhe o seguinte: de comum acordo com os comerciantes da zona do Gato-Preto, retirámos a nossa propaganda porque perturbava a passagem dos transeuntes; eu próprio reconheci isso e mandei retirar imediatamente a propaganda. Do lado da Ria a propaganda tinha sido destruída e nós repusemo-la. E, obviamente que andámos por ali ontem, até porque somos livres, podemos

circular, e fomos vendo. Quando acabou o comício do PS, a propaganda do lado da Ria foi totalmente destruída: são essas as fotografias que eu tenho e que provam isso.

Sobre o que disse o Sr. Dr. Raúl Martins sobre propaganda fora de tempo, com certeza o Sr. Dr. Raúl Martins, não deve ter ido a Lisboa nos últimos tempos. Porque veria que o primeiro partido a violar a lei foi precisamente o Partido Socialista.

Deixe-me só fazer um aparte sobre as inaugurações. Dizia há dias um conhecido comentador de televisão, se alguém tiver obras em casa, se andar a fazer um arranjo na casa de banho, tenha cuidado - não divulgue - porque se não o Eng.º Cravinho deve querer ir lá a casa inaugurar as obras da casa de banho. E a febre inauguracionista da Câmara - aí não concordo; aí defendo o Sr. Presidente, porque infelizmente não dei por nada na minha freguesia. Tenho dito.”

Vogal Álvaro do Bem:

“Sr. Presidente dá-me licença? É o seguinte: acho que é costume em democracia, assim como o Sr. Deputado que me antecedeu assim o fez - e aproveitou a fazer a sua intervenção, eu aproveito por há bocado não ter dado as boas vindas aos novos vogais desta Assembleia. E faço isto, advertindo-os desde já, que em alguns dos teores das discussões, poderá haver alguns deputados desta mesma Assembleia que puxem cartões de antiguidade, fazendo-vos ver que o voto deles vale mais que o vosso. Portanto, e para terem alguma memória viva, aconselho-vos a reverem algumas das actas desta Assembleia para perceberem isso. Ou seja, somos todos iguais, mas é que há alguns mais iguais do que outros. E esta intervenção é exactamente neste teor, porque usam-se expedientes nesta Assembleia que violam as regras elementares da democracia, e é exactamente por isso que eu lhe vou dizer o seguinte Sr. Presidente: é que o senhor que me antecedeu falou sobre Lisboa, acontece que antes de tratar da mulher dos outros, a mulher mais perto é a nossa - é Aveiro. Portanto, se violaram alguma coisa, em termos legais, foi o Partido Social Democrata na fixação de propaganda nesta cidade antes do prazo legal. Disse Sr. Presidente.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se um intervalo para jantar.

2.ª PARTE

Pelas 22:00 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pelo Primeiro Secretário João Pedro Simões Dias, na qualidade de Presidente da Mesa Assembleia Municipal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos como Primeiro Secretário e pela Vogal Ana Carla Guerra de Miranda Macedo como Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Maria João Santos Pais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, António Sousa Dinis Correia, João José Ferreira da Maia, Dinis Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e Luís Eduardo Abreu Lima Ramos.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, António Ildebrando Nunes Costeira, Rogério Mário Madaíl da Silva, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Simões Madaíl, Joaquim dos Santos Abreu e Élio Manuel Delgado da Maia.

Retomados os trabalhos deu-se continuidade ao “período de antes da ordem do dia”.

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Queria também cumprimentar os novos elementos da Assembleia e desejar muitas felicidades no exercício do seu mandato - e que nunca me coloquem perguntas difíceis.

Sr. António Ferreira, gostava, na medida do possível, de lhe esclarecer as questões que colocou. Em relação à questão da FRUNFRAP, embora nós acompanhemos sempre com preocupação, porque de facto, de quando em quando chegam-nos queixas; não é uma questão da nossa competência, é a fiscalização do ministério terá que actuar. Iremos officiar no sentido de que de novo seja averiguada a situação, porque de facto não temos meios; não está ao nosso alcance controlar de forma mais eficaz.

Em relação à rua do Vale Caseiro, de facto não tem passeios, nem passeadeiras, porque não constava da empreitada. O Sr. Vereador Eduardo Feio vai explicar esta situação mais em pormenor; de resto eu não posso acompanhá-lo quando afirma que em Cacia não se tem feito nada - em Cacia tem-se feito muito trabalho. E quando diz: “Cacia é a que está mais atrasada”, é justamente por nós termos noção do muito que é preciso fazer em Cacia, que temos estado particularmente atentos. Em pavimentações nós já devemos ter feito talvez dois quilómetros de estrada; recorda-se da pavimentação das pracetas em Cacia que estiveram anos e anos por fazer e que neste momento está praticamente concluída. Queria recordar também as obras do Museu Etnográfico de Cacia; as obras na Junta de Freguesia de Cacia, que conhece bem o estado lastimável em que a Junta estava - com água a entrar por todo o lado; queria recordar todo o saneamento que tem sido feito na freguesia e que é das freguesias que de facto por um lado está a sofrer os inconvenientes desta fase, mas por outro lado, uma vez concluídas as obras ficará dotado de um bem essencial.

A Quinta do Loureiro, todas as obras nas escolas que têm sido feitas em Cacia e passam às vezes despercebidas mas que têm sido muitas, o muro do cemitério, a construção do pavilhão da escola - já começaram as obras, portanto, nós estamos muito à vontade em Cacia, em relação ao trabalho que tem sido feito, justamente porque constatámos a necessidade de fazer muita coisa e portanto, não estamos de modo nenhum satisfeitos, no sentido de que consideramos que está tudo feito - há muito ainda para fazer em Cacia, e irá continuar a ser feito.

De resto sobre a rua do Vale Caseiro, eu pedia aqui ao Sr. Vereador Eduardo Feio que desse uma explicação mais detalhada sobre a empreitada em questão.”

Entretanto entrou na sala o vogal Jorge Manuel do Nascimento.

Vereador Eduardo Feio:

“Boa noite Sr. Presidente. Câmara Municipal. Muito rapidamente em relação a rua do Vale Caseiro, só para dar uma nota do desenvolvimento da empreitada. Como penso que todos sabem, a rua do Vale Caseiro é uma rua que foi recentemente atravessada por um colector da SIMRia; o que estava previsto no quadro das obras era única e simplesmente a reposição de pavimento depois da passagem desse colector, através de uma negociação que foi realizada entre a Câmara Municipal de Aveiro, a TransGás que também entreviu naquele subsolo, paralelamente à SIMRia, foi possível colocar quer uma rede de águas pluviais, quer a

colocação de um lancil que não estava previsto inicialmente. Por isso a empreitada não previa nem a colocação de passeios, nem a colocação de sinalética horizontal; previa única e simplesmente a reposição da vala. Com este esforço que foi iniciado e com, ao fim e ao cabo, a coordenação entre as três entidades, conseguimos colocar águas pluviais e melhorar sensivelmente e de forma, penso mesmo, substancial, a qualidade de um serviço que é prestado em termos daquele arruamento e a colocação do lancil vai permitir agora e em articulação com a Junta de Freguesia - e ainda há um bocado isso foi transmitido ao município - a colocação, provisoriamente nesta fase, de gravilha de forma a que as pessoas possam circular em condições mais interessantes do que conseguem neste momento e futuramente através de serviços camarários. Portanto, a empreitada não tinha nada disto previsto.

Tem sido uma preocupação constante deste Executivo, conseguir o máximo de sinergias entre as diversas entidades, quando se intervém no subsolo, de forma a que se aproveite essas intervenções para melhorar os arruamentos. A preocupação com as águas pluviais é uma preocupação constante e nesse caso, graças à correcta articulação das três entidades, penso que está a conseguir um bom trabalho. Portanto, o ponto da situação neste momento é este.”

Presidente da Câmara:

“Em relação às outras questões, começando pelas que foram colocadas pelo Prof. Henrique Diz e pelo Prof. Britaldo a propósito do Aveiro Basket. O que é que se passou com o Aveiro Basket? Eu sinceramente creio que o que se passou com o Aveiro Basket foi uma tempestade num copo de água. Houve de facto alguns desentendimentos entre os diferentes membros do Conselho de Administração e tanto quanto eu sei, tanto quanto passou para a imprensa e é do conhecimento público, os factos graves que levaram a que fosse apresentada uma demissão colectiva, foram por um lado a aplicação de multas a dois jogadores americanos que faltaram aos treinos e que o Dr. José Gonçalves teve a relutância em perdoar, tendo depois chegado a um entendimento de que a multa ficaria suspensa; e com franqueza de facto, se estamos com uma equipa profissional as multas têm que ser aplicadas quando os jogadores faltam aos treinos sem justificação. A segunda grande questão foi um problema de uma garantia bancária necessária para a realização de um jogo, em que de facto houve ali algum atraso na obtenção da garantia, mas cujo problema foi resolvido a tempo - e tanto assim que o jogo se realizou sem dificuldade nenhuma.

Finalmente, a grande acusação feita ao Dr. José Gonçalves, é que geria as finanças de uma forma “prepotente”, não deixando fazer algumas despesas que em princípio outros administradores gostariam de fazer. Ora bem, o Dr. José Gonçalves está justamente lá para isso, na sua qualidade de economista e para gerir as finanças. O resto, como bem se apercebem, mesmo quem não está no meio do Basket, são pequenos problemas de gestão que não deveriam sequer ter passado para a imprensa, porque só destabilizaram a equipa, quanto mais dar origem a um processo colectivo de demissão. Processo colectivo de demissão que aliás é estranhíssimo, porque foi apresentado, eu recebi uma carta dizendo que os quatro administradores restantes se demitiam, no dia seguinte recebi uma do Eng.º Belmiro Couto, a dizer que afinal não era verdade - que não se tinha demitido e que se demarcava dessa posição, e que foi enviada sem conhecimento das direcções dos clubes que eles representavam. Portanto, foi uma atitude individual e não legitimada ou não confirmada pelas direcções dos clubes. Tanto assim que neste momento o Galitos já encontrou um novo representante, o Beira-Mar continua representado pelo Eng.º Belmiro Couto e o Esgueira, estamos à espera e sabemos que já há vários contactos feitos, para que o novo representante seja indicado. Portanto o que se passou com o Aveiro Basket, com franqueza foi, do meu ponto de vista, uma tempestade num copo de água, desinteligências pessoais que levaram a uma atitude que eu acho que foi precipitada, felizmente a equipa reagiu muito bem, já ganhámos o jogo da semana passada de forma

absolutamente contundente e, portanto, espero que rapidamente a serenidade da Administração possa ser encontrada e que o êxitos desportivos prossigam.

A recolha do lixo. De facto nós também temos tido várias queixas, não só da Beira Mar, mas de outros bairros - eu próprio sou acordado às três da manhã, sempre com a recolha do lixo; e não é coincidência, de facto na semana passada tivemos uma reunião com a administração da SUMA - empresa que tem essa responsabilidade, entre outras coisas, para que fosse revisto o sistema e os horários, de forma a permitir que as pessoas tenham o seu descanso normal; e julgamos, ficou acordado nessa reunião, que seriam tomadas medidas tendentes a evitar esses transtornos.

O Sr. Prof. Britaldo, perguntou também pela muralha de S. Jacinto; nós de facto temos a promessa de que muito rapidamente - provavelmente ainda este ano, que as obras na muralha de S. Jacinto irão começar e que imediatamente a seguir serão colocados os trapiches, o que vai permitir que S. Jacinto fique dotado de um porto de abrigo para pescadores e para barcos de recreio, julgo que melhor até do que aquele que tem a Torreira, porque tem outras condições. É de facto uma urgência, que já foi constatada no terreno por todos nós e designadamente por os responsáveis do Instituto Marítimo Portuário que estão perfeitamente ao corrente da situação e que tem isso na agenda.

Sobre as inaugurações em geral a minha posição é muito simples: se pudermos garantir para Aveiro neste período eleitoral coisas boas, excelente! Desde que fiquem garantidas e que não sejam só promessas, é excelente, acho que não devemos desperdiçar a oportunidade e portanto, tudo o que pudermos fazer nesse sentido só pode ser bom.

Depois em relação ao PROCOM, eu com franqueza não tenho conhecimento dessa situação, mas não vejo em que é que a Câmara possa ser responsabilizada por isso. As candidaturas do PROCOM são feitas umas a título individual outras nas tais medidas colectivas. Os financiamentos tanto quanto sabemos têm sido transferidos à medida que as candidaturas estão em fase de os receber, não tenho informação contrária. Lamento o que está a suceder com esse caso concreto, não temos conhecimento de mais nenhum e é a primeira vez que ouço uma situação desse tipo. Portanto, vamos tentar perceber se há algum atraso nas transferências, porque a iniciativa em si é muito válida como sabemos, e há excelentes exemplos de recuperação de casas comerciais, designadamente na rua Direita, que tem vindo a beneficiar.

Sobre o Manuel Firmino e a propósito do abaixo assinado, eu devo dizer, e recordam-se já aqui conversámos sobre o mercado Manuel Firmino; nós já recebemos vários abaixo assinados do Manuel Firmino e para quem conhece a situação do mercado Manuel Firmino, apercebe-se que há de facto simpatias e antipatias entre alguns grupos e de quando em quando e sempre que há algumas mexidas e as mexidas têm vindo a ser feitas e foram feitas e começaram a ser feitas ainda no tempo do Vereador Dr. Victor Marques, que fez reconhecidamente e publicamente um bom trabalho nessa matéria. Tivemos abaixo assinados do grupo contrário e portanto, como felizmente no processo de averiguações que na altura foi desencadeado e cada vez que averiguamos cada um desses abaixo assinados, chegamos à conclusão que não há nada de especialmente grave do ponto de vista ético, regulamentar, há certamente situações que têm que ser corrigidas, que têm a ver com o facto do regulamento em causa ser muito antigo, estar completamente desajustado da realidade actual, mas como não há nada de muito grave temos gerido a situação, temos atenuado os conflitos e o que está neste momento em curso é a aplicação de um novo regulamento ajustado aos tempos que correm, que aliás é neste momento uma questão de toda a actualidade, porque como já se puderam aperceber as obras no novo mercado de Santiago estão finalmente concluídas e, portanto, ter que haver um processo de transferência dos vendedores do mercado Manuel Firmino para o novo mercado, enquanto decorrerem as obras no mercado Manuel Firmino. Queríamos aproveitar esta circunstância para pôr em vigor, para aplicar um novo regulamento, para ver se acabamos de vez com a situação ou situações, algumas das quais com dezenas de anos. De resto há um problema de

gestão de trabalho, entre perspectivas de evolução na carreira de fulano ou sicrano, com versões contraditórias sobre os méritos próprios de cada um, temos analisado isso com todo o cuidado, ouvido toda a gente e lhe garanto que a verdade não está só de um lado, estamos atentos também às queixas que aparecem do outro lado.”

Vogal Clara Ribeiro:

“Desculpe Sr. Presidente, mas os fiscais da Câmara podem andar armados?”

Presidente da Câmara:

“Os fiscais da Câmara têm licença para porte de arma e para as usarem se for necessário; não são só para enfeitar - não são para andarem a brincar com as armas, naturalmente. No entanto, e desde que eu estou em funções, não assinei nada para a aquisição de uma única arma; agora pode ser que já viesse de trás. Contudo, estamos longe de situações de conflito que justifiquem de facto o porte de arma.

Na questão do mercado podemos até ser mais frontais, isto é, de facto o mercado abastecedor, o mercado Manuel Firmino, estavam a funcionar de tal modo que quando o Dr. Victor Marques começou a mexer com interesses instalados, houve muita revolta: ameaçaram bloquear a Avenida Lourenço Peixinho com camiões, tudo isso foi sendo desmontado, a razão de facto não assistia a todas as pessoas e as coisas estão a ir ao sítio aos poucos. O mercado abastecedor não tem condições para que a fiscalização, ainda hoje seja exercida com o rigor que nós queremos, mas já foram introduzidas muitas melhorias, a vedação está lá, enfim, a situação é muito melhor do que era, mas ainda não está concluído o processo. E portanto, de quando em quando lá há um conflito, mas temos geridos esses conflitos, penso eu, muito bem.

Recordam-se que conseguimos instalar todas as pessoas dentro do Manuel Firmino, quando se disse durante anos que não havia espaço, por aí fora. Há muito ainda para fazer no mercado, e esperamos que esta transição agora para o novo mercado de Santiago, permita de uma vez por todas regulamentar isso de novo; e quanto ao mercado abastecedor, que a construção no próximo ano de um novo mercado abastecedor, também venha resolver a situação.

Depois, sobre o Centro de Saúde, Sr. Prof. Manuel Coimbra, nós todos sentimos que há queixas na população em geral, sobre o funcionamento dos Hospitais e dos Centros de Saúde; mas não há nenhuma aliança entre o PS e o PP a esse propósito, o nosso representante no Hospital até é do PSD.

Em relação aos Planos, nós tomámos a iniciativa de apresentar informalmente os Planos, achámos que era bom envolver a Assembleia Municipal desde já na análise dos Planos que estão em fase disso, que já estão com a implantação definida em fase de recolher pareceres das diferentes entidades; em vez de trazermos cá os Planos só na fase da aprovação formal, em que era ou sim ou não, e são Planos fundamentais, em que era útil, “já foi útil” como o Sr. Prof. Britaldo bem frisou, as sugestões da Assembleia. E portanto, a ideia foi informalmente dar a conhecer os Planos, e depois cada partido procurar promover uma discussão e uma análise interna desses Planos. Foi uma metodologia que nos pareceu acertada, no sentido de evitar que a análise só aparecesse no último minuto. O que nos parece, no caso destes Planos, é que seria mau para os interesses da cidade e foi esse o espírito com que organizámos esse encontro.

A intervenção do Sr. Gaspar Albino, sobre a geminação com Ílhavo, é uma hipótese a ponderar, havia uma velha rivalidade entre Ílhavo e Aveiro, julgo que neste momento há um bom entendimento institucional e seguramente entre as populações, para lá das diferentes sensibilidades políticas que possam separar os responsáveis de circunstância, a verdade é que entre as populações as pessoas sentem no seu dia à dia que há todo um interesse em que ao nível do planeamento, ao nível das acessibilidades, ao nível da decisão sobre equipamentos que podem ser estratégicos, ao nível do ordenamento do território que é contíguo entre os dois concelhos, há todo um interesse em que se faça um trabalho em conjunto. A geminação é um

acto simbólico, pode ser que um dia lá cheguemos, e é uma sugestão que vamos ponderar. Por outro lado a geminação com todos os municípios da Ria, eu queria só lembrar - como Presidente da Associação de Municípios da Ria - que temos já uma associação, que é muito solidária quando se trata de defender os interesses da Ria; não sei se justifica estar a fazer uma geminação uma vez que essa associação tem órgãos próprios, funciona muito bem e estamos todos irmanados, de facto, quando se trata de defender os interesses da Ria.

Sobre as expropriações, nós fazemos uma leitura contrária - “nós” todos os autarcas do país; neste momento a lei que existia era, respeitando obviamente os interesses dos proprietários, era um obstáculo real ao desenvolvimento da aplicação do interesse municipal e portanto, nem oito nem oitenta, pensamos que esta lei das expropriações, que aliás eu quero ler em detalhe, mas pelos ecos que me têm chegado, introduz mecanismos que são mais equilibrados, porque de facto neste momento a situação que tínhamos era que os proprietários nem queriam negociar “por favor, expropiem-nos!”, é a tese dos proprietários quando aparece a necessidade de fazer algum investimento público; porque os valores que vão obter com a lei antiga, são valores que muitas vezes não correspondem a um valor real de mercado, e são obviamente uma dificuldade que não é razoável para os interesses do município.

Sobre a estrada 335, de facto tem sido uma estrada com muitos acidentes - a notícia a dar é que está aberto o concurso para a semaforização, e portanto, esperamos que esse drama cesse, e o Sr. Armando Vieira tem toda a razão em lembrá-lo, a medida está tomada já; está aberto o concurso.

Quanto à colocação de abrigos de autocarros, o Sr. Armando Vieira dizia que não compreendia porque é que nós não atribuíamos à empresa. A nossa dificuldade, é uma dificuldade legal - é que não podemos fazer essa atribuição de espaços, que são espaços públicos sem fazer um concurso público, que seleccione a melhor proposta. Caso contrário poderíamos estar a favorecer a empresa de um amigo, ou aquela que se tivesse lembrado, em prejuízo da melhor oferta. Portanto, isso será feito no quadro da análise que está a ser feita sobre a concessão dos espaços públicos publicitários e portanto também, dos abrigos dos autocarros, para analisar bem os vínculos jurídicos que herdámos da Câmara anterior em relação à concessão desses espaços e para que o novo processo decorra com isenção e abertura para toda a gente, para que todos possamos ganhar.

De resto, um comentário só sobre a proposta do Dr. Nuno Tavares, sobre Timor - eu bem sei que estamos em vésperas de eleições, mas eu atrever-me-ia a dizer, que haveria condições nesta Assembleia para por unanimidade e portanto, neutralizando um eventual aproveitamento político ou partidário da questão, por unanimidade, aprovarmos uma moção no sentido de manifestar a nossa solidariedade com o povo de Timor, saudando os resultados do referendo e desde já manifestando a disponibilidade de Aveiro, para colaborar no processo de construção do novo país. Talvez houvesse condições para isso.

O Dr. Filipe Neto Brandão, lembrou a questão do trânsito no cruzamento da Sé; devo dizer que temos uma perspectiva muito mais ambiciosa do que um sinaleiro ou de que um semáforo. Temos neste momento concursado e as propostas foram recebidas já, a obra de desnivelamento desse cruzamento, que afunda a Avenida de S.^{ta} Joana, nesse cruzamento e mantém uma rotunda ao nível do solo. É uma obra muito cara, pelo resultado do concurso, que apontam para quinhentos, seiscentos mil contos e portanto, estamos a aguardar que a situação financeira nos permita fazer este investimento, porque estamos conscientes que é o maior estrangulamento que temos no centro urbano e que necessita urgentemente de ser resolvido.

Sr. Eng.º Luís Ramos, sobre as inaugurações já expressei o meu ponto de vista. Também não concordo ali com alguém que disse que a Câmara não tinha nada para inaugurar - não é verdade. Nós até tínhamos aí bons pretextos para inaugurar, mas tivemos esse cuidado, porque achamos que de facto se as obras merecem uma inauguração e a chamada de uma

responsabilidade governamental que trabalhou por elas, que se empenhou por elas, muito bem; se não merecem não vale a pena fazermos a inauguração e abstivemo-nos, devo dizer-vos.

Ainda hoje nos abstivemos de convidar responsáveis governamentais e estavam em causa um investimento e uma contribuição a fundo perdido de setecentos e tal mil contos; temos tido portanto, algum cuidado com isso. Estou a falar-lhe da inauguração da Montra Aveiro Cidade Digital - era um excelente pretexto para trazer cá o Ministro Mariano Gago ou o Ministro João Cravinho.

A piscina do Sporting, essa merecia uma inauguração e houve uma inauguração e esteve cá o Sr. Secretário de Estado do Desporto, porque o Sporting estava à espera daquela piscina há vinte anos talvez, e porque houve um grande investimento do Estado e da Câmara, do Sporting e da Universidade, e porque é uma obra que vai beneficiar muito toda a cidade, que é o primeiro grande investimento desportivo na Freguesia da Vera Cruz - como o Sr. João Barbosa gosta de recordar - e é de facto uma mais-valia evidente para a cidade; não estamos a falar de uma inauguração virtual. É uma obra que ficou à disposição de Aveiro há duas semanas.

Quanto à pista de remo, o que estamos a fazer de facto não tem a ver de facto com o calendário eleitoral e a apresentação do projecto da pista que está prevista para segunda-feira, dia quatro, provavelmente até nem terá a presença de nenhum membro do Governo, justamente para que não se diga que se está a fazer eleitoralismo com isso, porque este é um processo muito sério, em que gostaríamos que não ficasse manchado ou prejudicado, pela circunstância partidária do momento. É um projecto que eu sei que é consensual entre todos os partidos; que todos os partidos em Aveiro o defendem e portanto, seria contraproducente estar a estragar uma apresentação destas que consideramos muito importante, com um aproveitamento eleitoralista. O que vai acontecer na segunda-feira - e estão todos os Srs. Membros da Assembleia Municipal convidados, naturalmente - é a apresentação pública do projecto, a todas as entidades que vão ter que dar parecer sobre ele, e posicionarmo-nos muito claramente, como candidatura, como cidade, que vai ter a pista de remo no prazo de dois anos, candidata às provas internacionais que Portugal tiver que receber nessa matéria. Há aqui uma corrida contra o tempo, como sabem, há uma outra candidatura no terreno, nós partimos com bastante atraso e tanto atraso que a Federação Portuguesa de Remo, foi obrigada a candidatar a pista de Montemor - era a única intenção que se tinha manifestado; a verdade é que neste momento a pista de Montemor ainda está no papel, embora a candidatura para receber a "Coupe la Jeunesse 2001" esteja lá, e temos informações que todos têm, tem vindo nos jornais, de que os ventos não estão a correr bem para a candidatura de Montemor. Pelo contrário, temos as informações de que estão a correr bem para o nosso lado, porque tivemos uma metodologia diferente, fomos, desde o início do projecto trabalhando em colaboração com as autoridades ambientais e portanto, temos algum optimismo nesta fase e espero que segunda-feira haja mesmo condições para ficarmos muito mais optimistas.

Sobre a Capitania, que foi um assunto também suscitado pelo João Barbosa, é de facto um assunto desagradável. A obra é da Marinha como sabem, e por falta de verba - pelo menos é a informação oficial - naquela rubrica esgotaram o orçamento para aquela obra. E de facto colocam a questão à Câmara, de saber, se não quer ser a Câmara a ficar com a Capitania e portanto, a desenvolver a segunda fase. Como imaginam o imóvel é emblemático e a Câmara tem interesse em que o imóvel seja recuperado, e tem interesse em que aquilo não seja adquirido para uma loja de qualquer coisa. Portanto a Câmara está interessada, mas quer saber duas coisas: quer saber em primeiro lugar, do ponto de vista técnico é necessário que se faça uma peritagem - ela deve existir neste momento, porque as obras foram feitas e queremos saber exactamente qual é a situação de consolidação do edifício; e em segundo lugar, teremos nós próprios que fazer uma estimativa do custo suplementar para a recuperar. Mas achamos que dadas garantias sobre a consolidação, e sabemos que foi feito um trabalho com os meios actuais - através de micro estacas que em princípio deve estar sólido (os engenheiros o dirão) - mas a

Câmara neste momento irá negociar com a Marinha a posse daquele imóvel; as condições não estão ainda definidas, e portanto o que vos posso dizer é que neste momento é que há essa proposta da Marinha e que a vontade política da Câmara é de se interessar pelo imóvel e ficar com ele em condições de o poder reconstruir muito rapidamente - porque só assim é que nos interessa. Não nos interessa ficar ali com uma obra a eternizar-se.

Centro Social e Paroquial da Vera Cruz, em relação à iluminação a obra está adjudicada, a infra-estruturação eléctrica do Bairro de Sá-Barrocas e portanto, neste momento a obra está em curso e estou convencido que nas próximas semanas estará o problema resolvido na zona envolvente do Centro Paroquial.

O inquérito das casas potencialmente perigosas, por armazenarem produtos inflamáveis; não está cá o Vereador que ficou com essa inconveniência e eu não tenho essa informação presente, mas vou tentar saber e informá-lo-ei.

A mudança da Avenida da Força Aérea, acho que é uma excelente ideia, para a data da presidência aberta, se isso for de facto o parecer da Comissão de Toponímia. Como sabe a Comissão de Toponímia tem uma voz importante e um parecer importante a dar nessa matéria.

A “Casa das Quatro Estações”; obviamente é para recuperar e para preservar, é das casas mais bonitas e mais representativas que temos dentro daquele estilo, e a viabilidade que foi conferida ao investidor que adquiriu todo aquele quarteirão foi obviamente condicionada à preservação da “Casa das Quatro Estações”, e mesmo o projecto terá que ser deferido em reunião de Câmara, porque de facto é uma zona que consideramos muito sensível e que tem duas casas que queremos ver bem preservadas.

O Sr. Eng.º João Maia, questionou-me a propósito das linhas de alta tensão. Neste momento, qualquer pedido de instalação de linhas de média e alta tensão, é enviada automaticamente para o nosso departamento de planeamento e portanto, procuramos verificar se não há conflito de interesses entre os planos da Câmara, os planos dos particulares e as intenções da EDP - da Electricidade do Norte - neste caso. Temos tido alguns conflitos e designadamente no Bairro da Força Vouga, estou-me a recordar desse caso, em que há uma linha de alta tensão sobre um prédio ao qual foi concedida uma viabilidade e que agora não consegue crescer, senão bate na linha de alta tensão e aí somos obrigados a mudar a linha, e está pensado com as autoridades da EDP, que a linha venha a ser enterrada quando se fizer a Avenida da Alameda e portanto, aproveitando essa obra - que é uma obra cara também - será enterrada nessa altura e prevemos que seja no prazo de dois anos.

Postos de combustível no centro da cidade, é uma questão que de vez em quando aparece, mas legalmente - se a minha informação está certa - ainda é possível até dois mil e três, que os postos de combustível estejam no centro da cidade. Felizmente, como sabe, não têm havido acidentes; não quer dizer que um dia não haja e “aqui del’rei” que devíamos ter pensado nisso antes, mas a verdade é que não tem havido e como a lei permite que até dois mil e três eles lá se mantenham, nós não temos base para os encerrar. Temos interesse, nalguns casos, em induzir essa saída. Mas nem sempre é possível fazer isso, é preciso que se conjuguem os interesses dos próprios, os nossos ao encontrar terrenos para; enfim, temos estado atentos e sempre que há uma oportunidade nós induzimos a saída. Até agora, de facto, no caso dos da Avenida não apareceu, mas estão dentro da lei.

Bom, penso que respondi ao essencial das questões.”

Entretanto entraram na sala os vogais Raúl Ventura Martins e Álvaro Patrício do Bem e saiu da sala António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente da Câmara, depois de ouvir a intervenção de V/Ex.a, eu quero dizer-lhe que em representação da Junta de Freguesia da Vera Cruz, a representar o povo que me elegeu

democraticamente, penso que deveria ser mais considerado e não tenho sido considerado pela Câmara que V/Ex.a preside. E vou dizer porquê: falando na Avenida de Sá-Barrocas ou hoje Avenida da Força Aérea, já questionei aqui duas vezes ou três ou quatro, em que trouxe aqui uma proposta da Assembleia de Freguesia, e o Sr. Presidente da Câmara hoje respondeu-me novamente que está à espera de um parecer da Comissão de Toponímia.

Como eu pessoalmente, e todos nós, consideramos o Sr. Presidente da Câmara uma pessoa muito inteligente, que sabe o que faz e sabe o que diz, não é pessoa esquecida, eu queria dizer-lhe que na última Assembleia lhe entreguei todo o processo, antigo e moderno, da Comissão de Toponímia, e que nesse parecer tinha lá um louvor ou uma felicitação à Junta de Freguesia, pela mudança da rua que nunca foi aceite pela Comissão de Toponímia.

Quanto ao mercado Manuel Firmino, o Sr. Presidente da Câmara mais uma vez se esquivou a responder-me. Eu pedi-lhe para me dar uma resposta a um ofício que lhe enviei, mas desde a primeira em que houve um inquérito ao mercado Manuel Firmino, em que eu tenho dito que não está bem como as coisas parecem. O que eu quero dizer é que o Sr. Presidente da Câmara não me respondeu. Portanto, o Sr. Presidente não me respondeu e nessa situação vai-me desculpar, mas eu estou aqui a mais neste momento.”

Presidente da Mesa:

“Só para fazer um pequeno esclarecimento. É que está a pôr questões ao Sr. Presidente da Câmara que regimentalmente já não tem hipótese de responder. O período de réplica não se destina a colocar questões ao Sr. Presidente, porque regimentalmente a Câmara já não tem hipótese de intervir.

Vogal João Barbosa:

“O que eu quero dizer é que o Sr. Presidente da Câmara não me respondeu; nunca me responde! Portanto, o Sr. Presidente não me respondeu e nessa situação vai-me desculpar, mas eu estou aqui a mais neste momento.”

Presidente da Mesa:

“V/Ex.ª saberá Sr. Deputado.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Relativamente ao problema que foi posto por mim e pelo meu colega de bancada, o Prof. Henrique Diz, a respeito do Aveiro Basket, foi dada enfim, alguma explicação; contudo na parte que me toca, a situação a que eu me referi fundamentalmente dizia respeito à situação financeira e na verdade não recebi resposta sobre isso. Até porque quanto me informaram, não sei se corresponde à realidade, mas a informação que eu detive, foi que os dois jogadores que faltaram exigiram ser-lhes pago o que lhes era devido.

Não está em causa uma análise do sentido ético da atitude dos jogadores. O que me preocupa é se efectivamente, contrariamente ao que nós desejávamos e que aqui foi discutido, a intervenção da Câmara Municipal não resolveu o problema financeiro do Aveiro Basket.

Seguidamente, lembro-me das considerações que fez aqui o Sr. Armando Vieira acerca das leis das expropriações. Parece que, eventualmente, será mais fácil a expropriação e, de repente, vem-me ao pensamento o edifício da Capitania. É que, de facto, depois do que a Marinha fez, e de estar a pedir, de alguma forma, compensações para largar aquele imóvel, parecia-me bem que se pensasse numa doação e não numa compra à Marinha. Não se poderá expropriar o edifício à Marinha?

Finalmente, no que diz respeito aos Planos de Pormenor de Urbanização, quero referir-me quer à intervenção do Sr. Presidente quer à minha ainda há momentos. Gostaria de dizer o seguinte: houve uma reunião que foi muito útil para as pessoas que estavam presentes tomarem

conhecimento do que se estava a desejar fazer. Sucede que, naturalmente, naquele momento não nos foram dados mais elementos do que aqueles verbais; não recebemos (nenhum de nós recebeu para poder mostrar) os Planos, como se lembram. Portanto, quero dizer que na minha intervenção de há momentos, quando eu referi que tinha tido uma reunião para informar os membros da minha bancada, o esclarecimento foi só qualitativo, pois não tinha meios de suporte para uma informação mais fundamentada. Isto no que diz respeito àquilo que eu disse - limitei-me a informar algumas pessoas da minha bancada que tinha havido essa reunião, o que não colide em nada com o que tinha dito o professor António Coimbra, que dizia que “gostaria de ter os Planos para os poder estudar”. Não gostaria que isso fosse interpretado como crítica ao meu companheiro de bancada, até porque no caso particular dele, até justificou nessa reunião a sua falta por uma questão de saúde de um familiar. De modo que não gostaria que isso fosse assim interpretado e se ele assim o interpretou, peço desculpa. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Vogal Álvaro do Bem:

“Sr. Presidente, na minha intervenção e sugestão à Câmara, sobre a questão da geminação com Timor, e eu respeito muito a posição do Sr. Presidente e do seu Executivo, quando diz que era importante que esta Assembleia redigisse um texto sobre Timor. Eu quando fiz a proposta, esperava, e ainda espero que o Sr. Presidente abrace com ambas as mãos esta minha proposta. É que há duas terras em Timor, que são - Liquiçá e Manatutu - que têm as características iguais a Aveiro. E significa que é um compromisso que não vão vincular para o futuro com despesas que possam ir para além do comportável pela Câmara. O importante nesta altura, é que todos os Portugueses são chamados para colaborar com Timor, mas muita gente colabora sem saber para quê. Era importante que adoptássemos, que a Câmara adoptasse algo, daí a minha sugestão: o local, e depois dentro desse local saber que toda a estrutura administrativa que é necessário para qualquer país funcionar, que é o caso deles, neste momento não existe; mas percebe-se bem que todas as povoações que existiam até à altura, da dramática situação de Timor, serão novamente repovoadas. É tão somente o que eu tinha sugerido ao Sr. Presidente, um compromisso, não é uma promessa, um compromisso.”

Entretanto saiu da sala o vogal João Alberto Simões Barbosa.

Vogal Jorge Nascimento:

“Sobre a Capitania, eu preferiria que o Sr. Presidente da Câmara, nos tivesse aqui respondido, que estava junto do Governo a exigir que a obra fosse completada. Portanto, a exigir porque não há dúvida nenhuma que aquilo é um mau aspecto e com péssima integração no conjunto da Avenida e da obra envolvente. Portanto, eu gostaria que o Sr. Presidente, em nome da Câmara que representa, estivesse a exigir ao Governo que completem aquilo que começaram: essa seria a solução correcta. Mas não sendo possível, preferiria que o Sr. Presidente nos tivesse dito já, dada a urgência, é: aquilo que há em agendamento, as reuniões, para tratar do assunto e para receber o imóvel gratuitamente, não onorosamente. Que não passe até pela mente dos munícipes, que o munícipe possa vir a pagar algo sobre aquilo que a outra entidade compete. Preocupou-me também, ver aqui - isto já é uma questão de princípio - resvalar a certa altura, quando se falou aqui do Aveiro Basket, pensei que estaria numa Assembleia Geral do Clube, sinceramente! Eu acho que a Câmara não tem que se envolver nessas questões, eu já achei mal a Câmara meter-se nisso. A responsabilidade pela gestão dos clubes, é do clube; acho que o Presidente da Câmara e a Câmara em vez de andar a correr atrás da bola, como parece que andam, deveria era fazer correr a bola por outros meios; deve promover é o desporto, não estar aqui a discutir se paga indemnizações, se os jogadores devem pagar multas ou não, se o Director se demitiu ou se deixou de se demitir, acho que isso é uma incumbência de outra

entidade que não propriamente da Câmara - com todo o respeito. Portanto, acho que a Câmara deve promover o bem estar dos munícipes, deve proporcionar-lhes desporto, fazer correr a bola, promover a multiplicação das entidades desportivas ou a concentração conforme achar melhor, mas sinceramente pôr-se de fora, não se imiscuir nisso, senão qualquer dia temos aqui o Sr. Presidente da Câmara a discutir também a contratação dos jogadores com o Sr. Mano Nunes. Sinceramente, acho isso muito mau.”

Entrou na sala o vogal Nuno Teixeira Lopes Tavares.

Presidente da Mesa:

“Srs. Deputados, terminou o período de antes da ordem do dia, iríamos entrar no período da ordem do dia.

Relativamente ao período da ordem do dia, há todavía um esclarecimento que a Mesa entende dever fazer e que é o seguinte: relativamente ao ponto número quatro, como é do conhecimento dos Srs. Deputados, foi publicado recentemente - no dia dezoito de Setembro - a lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, que estabeleceu e alterou o quadro das competências dos órgãos das autarquias locais. O que significa que a Mesa considera que está prejudicada a discussão do ponto número quatro, sobre o Regimento da Assembleia Municipal.

Esta lei entrará em vigor no dia dezoito de Outubro, não faria qualquer sentido à Assembleia Municipal estar a discutir hoje uma alteração ao Regimento, que seguramente dentro de dezoito dias estará desactualizada. Portanto, seguindo aquilo que tem sido, digamos, a tradição desta Assembleia, constituir-se-ia de imediato, se a Assembleia a tanto não se opusesse, uma nova comissão que poderia ser composta pelas mesmas pessoas ou não, mas cada bancada indicaria dois elementos; comissão essa que adequaria o Regimento actualmente em vigor à nova legislação.

Tomando por base o texto em vigor, eventualmente o trabalho da comissão que acaba de cessar funções, mas que produziu um documento que está já nas mãos dos Srs. Deputados Municipais, ou eventualmente, outro qualquer documento.

Portanto, se a Assembleia a tanto não se opuser, cada bancada faria chegar à Mesa o nome dos seus representantes para essa comissão e depois a Mesa promoveria a instalação dessa comissão para alterar o Regimento.”

PONTO N.º 1 - COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA.

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado. Sr. Presidente, como a Comunicação foi distribuída e penso que foi lida por todos, eu aproveitaria estes dois minutos, para não deixar sem resposta as pessoas que me colocaram algumas questões; não queria que isso fosse entendido que me estou a defender com a figura regimental.

E gostava de dizer ao Sr. João Barbosa, (que já não está!) que sobre a questão da Toponímia de facto não me lembrei, tenho que assumir que não me lembrei, que o Sr. Barbosa me tinha entregue um dossier com a questão da Toponímia. Acho que há alguma precipitação, o Sr. Barbosa tirou uma conclusão sobre esse meu lapso que não devia ter tirado e que eu agora lhe poderia explicar. Não me lembrei dessa questão, mas se ela existe teremos que a levar a reunião de Câmara e fá-lo-emos com certeza.

Em relação ao mercado Manuel Firmino, também podia ter ouvido a explicação, de facto o Sr. Barbosa, em tempos remeteu-me uma carta solicitando uma relação completa dos comerciantes e dos agentes inscritos no mercado Manuel Firmino, e eu achei que não devia entregar e não entreguei. Porque de facto, estando em curso um processo de averiguações e várias facções,

pareceu-me que era imprudente estar a passar um documento que iria certamente dar aso a maiores confusões e, portanto, foi essa a razão.

O Sr. Prof. Britaldo Rodrigues, em relação ao Aveiro Basket e à questão financeira, como sabe nós entregámos na última Assembleia Municipal, temos tido a preocupação de trimestralmente, como nos foi pedido, de apresentarmos aqui um relatório da situação financeira da SAD - que vai bem este ano; pela primeira vez vai bem - contra a situação que herdámos que era de facto muito grave.

Agora, mesmo que o motivo da falta dos dois americanos aos treinos tivesse sido o atraso nos pagamentos, eu devo dizer que não houve discriminação, se houve atraso para eles, houve atraso para todos e só os dois é que faltaram. E tem que haver uma uniformidade de critérios.

Vogal Britaldo Rodrigues:

“O que eu disse, foi que talvez por não haver pagamentos é que isso sucedia. Agora, eu repeti até o aspecto ético de eles terem faltado, não era isso que aqui estava em causa.”

Presidente da Câmara:

“Ouça, não tem a ver com isso, teve a ver com alguma falta de liquidez momentânea, e diz-me aqui o Dr. José Gonçalves, que a decisão foi tomada na altura por unanimidade, enfim, foi uma tempestade num copo de água. Agora também estou de acordo ali com o Dr. Nascimento, eu não ando atrás da bola, e infelizmente as pessoas, que me escreveram aquela carta é que me meteram nisto, escrevendo uma carta a demitir-se por causa destes motivos, que eu acho francamente pouco consistentes; mas há um conselho de administração que está lá para gerir estas coisas. Agora a Câmara também não pode alhear-se, porque como sabe a Câmara tem 40% do capital, e quando disse que lhe parecia a Assembleia Geral de um clube estava certo, porque nós temos 40% do capital, se fosse isso estaria certo. Mas pronto não há nada a esconder e a informação têm sido amplamente veiculada por todos.

Quanto aos planos de urbanização, o Sr. Prof. Britaldo têm razão, de facto era nossa intenção ter distribuído os Planos, as plantas de implantação para que pudessem ser depois analisados, a verdade é que a conversa foi longa, frutuosa, e no fim a distribuição não foi feita. Foi um lapso, mas os Planos estão disponíveis, e serão então distribuídos, e enviados aos senhores líderes de bancada, para posterior distribuição, consoante o melhor que entenderem, e podem ser consultados a partir de amanhã na Câmara Municipal.

Sobre a Capitania, Dr. Jorge Nascimento, a minha ideia é conseguir o melhor possível, e melhor do que eles nos darem aquilo de graça, ou melhor do que eles acabarem as obras, julgo que será se nós conseguirmos que eles nos dêem aquilo e paguem as obras; que é um objectivo que talvez seja possível, se conseguirmos encontrar a recuperação da Capitania num dos muitos programas que temos. E como a Capitania tem traços da Arte Nova e termos uma promessa de financiamento importante para a recuperação da Arte Nova em Aveiro, digamos que a estratégia da Câmara penso que deve ser essa, tentar ficar com o imóvel, sendo o Estado a pagar as obras, o que será penso eu, a melhor solução.

Finalmente sobre eventual geminação com uma das cidades, vilas de Timor; com certeza que sim, também já tinha ouvido falar das similitudes com Manatutu. Aveiro está muito à vontade neste processo porque começou ou encetou um processo de colaboração activa com Timor, antes de toda esta emoção nacional, muito antes do referendo estar decidido. Como sabem a Câmara Municipal apoiou a concessão de bolsas de estudo, para alunos Timorenses poderem estudar na Universidade de Díli; temos colaborado com várias iniciativas, a Associação Académica, é justo lembrá-lo, tem muito à frente de muitas entidades em termos nacionais: convidou Dom Ximenes Belo a vir a Aveiro; a Câmara Municipal de Aveiro muito antes de este processo todo convidou o Xanana Gusmão a participar nas Conferências do Milénio, que se vão iniciar no mês de Outubro e portanto, sentimos muito bem, achamos que é oportuno, que é justo

e ao fazê-lo não estamos apenas, se me permite, a ir nesta onda de solidariedade, fazemo-lo consequentemente, como uma atitude que foi tomada há muito tempo a esta parte; e portanto a sua sugestão é bem vinda.

E pronto, sobre a minha comunicação preferia ouvir os pedidos de esclarecimento, porque creio que ela é suficientemente elucidativa. Muito obrigado.”

Vogal João Maia:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Senhores Deputados. Em primeiro lugar, eu gostaria de me congratular pelas obras do Canal de São Roque, que é um projecto, uma obra, que anteriores Câmaras sempre lutaram pelo melhoramento daquele espaço e que consecutivamente teve da parte da JAPA naquela altura, sempre uma atitude de contrariar essa intenção. A JAPA parece que só serve para vir buscar as taxas ao Canal de São Roque, e melhoramentos na cidade de Aveiro - nada!!

Precisamente por isso, eu perguntava ao Sr. Presidente: como se encontra neste momento o projecto da Lota? Como é que está neste momento esse projecto, e aquela ideia que eu aqui já expus, agora faço-o com mais força, na medida em que a Marinha da Troncalhada é um bom exemplo de que devo lutar por isso; pergunto se o aquário que naquela zona da Lota, deveria ser o mais rapidamente implementado na medida que iria ao encontro dos interesses de uma população estudantil, que cada vez mais procura no exterior, a maneira de aprender a ciência. Portanto, faz-se sentir o aquário, ali naquela zona da Lota, de uma maneira muito premente.

Leio também na sua Comunicação, o abandono da Escola Homem Cristo! Não vou entrar em pormenores, não vou entrar em troca de galhardetes, mas eu vejo com muita tristeza a maneira como todo este processo se desenrolou. Nunca foi a minha ideia aquilo a que chegamos. De qualquer maneira abordo o problema para lembrar que aquele edifício era uma contrapartida para a Câmara anterior realizar três escolas secundárias - e elas foram realizadas.

Portanto, agora pergunto: onde é que estão salvaguardados os interesses do Município, na medida da contrapartida que foi dada pela realização daquelas três escolas?

Relativamente ao Pavilhão do Galitos, congratulo-me pela zona envolvente, está maravilhosa, mas na minha óptica falta lá um pormenor - umas tabelas de Basket, talvez uns campos cimentados pequenos, porque o Galitos foi sempre um clube de miudagem a bater bolas em cimentados. Talvez aquela zona alta se tivesse lá umas tabelas, porque aquela zona alta, é uma zona pouco utilizada durante o dia, talvez aquela zona alta com umas tabelazinhas não ficasse mal.

Por último, gostava de abordar as Festas da Ria. E abordá-las nesta perspectiva, de que a regata dos moliceiros, sim senhora foi de uma beleza formidável, mas podia ter sido mais bela se realmente tivesse tido mais assistência. E quando eu falo mais assistência, falo nas condições para que essa assistência pudesse aparecer e estacionar. Quero eu dizer, que aquela estrada da Torreira para São Jacinto, aquilo não é uma estrada, aquilo é uma pista de alta velocidade, de perigo constante, em que realmente só não acontecem mais acidentes não sei porque razão. Aconteceu lá este ano um, em que a pessoa morreu, e ainda bem que foi durante a noite, porque se era durante o dia com certeza que ia apanhar mais pessoas - muitas delas vão aproveitar aqueles bocadinhos de areia que há nas margens para fazer o seu petisco de almoço.

Eu acho que naquela estrada há falta de locais para estacionamento, estacionamento de pessoas, de pequenas lanchas que durante o dia estão por ali a pescar e depois à hora do almoço querem acender um fogareiro e assar umas sardinhas. Portanto o problema da Ria não é só o problema da Marina de São Jacinto; é problema de falta de condições para no parque de campismo um indivíduo atracar o seu barco; os locais de atracação são de particulares, e os particulares quando uma pessoa lá põe o barco ficam sempre arreliados por isso; é a casa abrigo que não tem condições absolutamente nenhuma, para além da lancha Santa Joana, porque as pequenas embarcações não têm hipótese, aquilo é uma velocidade de águas bastante

grande. Daí que eu pergunto, como é que está o plano de uma nova estrada? Eu li aqui há uns anos, talvez numa entrevista com o Sr. Vereador em que se projectava uma nova estrada; eu gostava de saber como é que está esse plano da nova estrada, que na minha opinião devia privilegiar espaços de areia suficientemente abastados, para que com segurança se permitissem as pessoas de estacionar.

É evidente que a APA, eu já sei qual é a opinião da APA; a APA vai-me dizer que a dinâmica da Ria não permite grandes intervenções, mas a verdade é que alguma coisa se poderia fazer e eu estou convencido que os arquitectos, com um bocadinho de boa vontade e um bocadinho de discernimento conseguiriam criar condições óptimas para que as pessoas gozassem de uma maneira mais agradável as Festas da Ria e a nossa Regata dos Moliceiros. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Olhando para a Comunicação do Sr. Presidente da Câmara, verifico como é natural em época de férias, que as actividades incidiram mais em aspectos de natureza cultural, o que vem a ser de alguma forma hábito noutros anos e nesta cidade.

Congratulo-me com isso, até porque insistir na cultura é importante até para preservar uma identidade, nomeadamente uma identidade Aveirense. Esta preocupação pelo Teatro Aveirense, pelas Festas da Ria, por um espaço museológico na Marinha da Troncalhada, exposições envolvendo aveirenses, tudo isso me parece bastante importante, na perspectiva da criação de uma identidade que passa pela Cultura. Até porque a meu ver, está a faltar alguma identidade cultural, eu diria mesmo alguma cultura política nesta terra. Fico extremamente preocupado, quando olho para os três partidos que tem possibilidade de eleger candidatos para a Assembleia da República. Olho para eles e vejo que todos têm como cabeça de lista alguém que não é de Aveiro. E olhando para a tradição política Aveirense, pelos políticos que nos antecederam, fico muito surpreendido que efectivamente isso suceda. E, mais surpreendido fico, quando na minha primeira intervenção, de alguma forma já referi isso, e verifico que ninguém acha nada de estranho nisto. É evidente que talvez seja por conveniência política, o que eu compreendo, mas não me parece que seja propriamente o timbre a que estamos habituados em Aveiro. Eu, pessoalmente, prefiro ser menos conveniente, mas prefiro ser frontal e no interesse da identidade Aveirense. E por isso digo claramente, não obstante algumas responsabilidades políticas que possuo. Não concordo com esta situação, nomeadamente com o cabeça de lista do meu partido. Já agora, quero dizer ainda, que face à situação que se nos depara, de ter três listas e cada cabeça ter alguém que de facto eu acho mal, permitia-me em tom humorístico dar aqui uma sugestão. Já que efectivamente temos que escolher entre as três situações que são más, eu permito-me fazer uma sugestão, é a seguinte: dado que o Dr. Marques Mendes é o mais baixo, que se escolha do mal o menos.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Bom, analisando a Comunicação do Sr. Presidente da Câmara, eu gostaria só de me referir um pouco à forma. Eu penso que tem uma página a mais, uma folha a mais, não é? E já que me estou a referir à forma e uma vez que o Sr. Presidente da Câmara acho que tem o seu direito de fazer isso, alterou a Comunicação da Câmara. Aquilo a que nós estávamos habituados no passado, nós tínhamos uma Comunicação bastante detalhada, agora nós temos uma Comunicação sucinta, em que refere os pontos que o Sr. Presidente acha essenciais.

Eu só não percebo porque é que o Sr. Presidente da Câmara continua a insistir em encadernar esta comunicação? Geralmente encadernam-se volumes grandes; encadernar cinco folhas parece-me um desperdício, são preciosas sem dúvida, mas dispensavam a encadernação; não

estou a dizer que esteja feio, mas geralmente encadernam-se cadernos, livros, cinco folhas parece-me pouco para se poder encadernar!

Gostaria de o questionar em relação à atribuição da medalha de ouro ao Beira Mar. Acho muito bem que a Câmara o tivesse feito, não percebi é porque é que foi no Governo Civil? Qual foi a razão especial que levou a que a Câmara agraciasse o Beira Mar nas instalações de outra entidade, que não a Câmara Municipal ou num edifício da Câmara Municipal?

A Câmara está também bastante activa no parque desportivo, está nos estudos do plano de pormenor do parque desportivo, está a fazer algumas alterações, vai lançar o pavilhão Multi-usos, as piscinas do Sporting vêm a caminho, há bastantes equipamentos, e eu não percebo porque é que não se consegue conjugar toda esta actividade de equipamentos, com o simples arranjar de uma sala para as diferentes colectividades desta região poderem ter a sua sede? É uma coisa que eu acho que é tão simples, tão minimalista, e que ficava bem à Câmara Municipal. Arranje uma sala - são trinta colectividades. Com uma ou duas salinhas para os pequenos, ficavam todos contentes, podiam rentabilizar todos os recursos, os mesmo recursos, e isto não se faz, e só se pensa nestes mega projectos. Porquê? Há várias soluções, eu tenho falado com diferentes Vereadores, não na qualidade de membros da Assembleia Municipal, mas como Presidente de uma pequena associação, e não me parece que seja difícil fazer isto, mas o facto é que ninguém pega e ninguém faz. Bom, aqui fica o desafio.

Também a certa altura na sua Comunicação refere a intervenção que está a fazer na Ria, nas comportas, nos muros dos canais no segmento entre o lago e a actual ponte praça. Eu acho que quem está a fazer uma intervenção, tão forte, e a apostar tanto na água em Aveiro, como é que pode descurar desta maneira o Parque da Cidade!? O Parque da Cidade é uma vergonha, e mostra aquilo que pode acontecer daqui a uns tempos quando o Lago sair de moda. Quando não se pensar mais no Lago e o Lago ali estiver, se calhar o Lago vai ficar como o Parque da Cidade neste momento está: assoreado, cheio de algas, cheio de porcaria.

Espero que esta perspectiva do Lago do Parque não seja a perspectiva do Lago da Cidade daqui a uns tempos.

Por último Sr. Presidente, mais uma vez o relatório dos Serviços Municipalizados, diz que a rede foi ampliada mais três litros, e diz que a ampliação por administração directa foi zero virgula seis litros!! De maneira que já tinha pedido para que ao menos estas informações fossem corrigidas e ainda não foram. Tenho dito. Muito obrigado.”

Entretanto entrou na sala o vogal Henrique Manuel Morais Diz.

Vogal Jorge Nascimento:

“Muito obrigado. Como foi aqui dito pelo Sr. Prof. Britaldo Rodrigues, que isto é propriamente um relato de actividades de um período de férias e que incide então sobre uns aspectos culturais desenvolvidos muito propriamente nesse período.

Eu acho que esta Comunicação, nessa medida, tem este comentário, sem desmerecer não é, não tem cabimento outro. Agora, já tem algum cabimento as omissões; porque férias são um mês, não é. Eu sei que o Sr. Presidente teve poucas férias, praticamente não teve férias, eu conheço essa situação e, portanto, pensava eu que o reflectisse neste documento alguma preocupação, sobretudo por aquilo que eleitoralmente nos prometeu quando se candidatou a Presidente da Câmara de Aveiro, ou seja, quando encabeçou a lista com que concorreu.

Uma das preocupações, foi a recuperação do Salgado. O Sr. Presidente, salvo umas ténues manifestações, o Salgado quedou-se, nada mais de Salgado. A única manifestação concreta do Salgado foi trazer aí uma senhora francesa, que fez por aí umas palestras sobre o sal, e o sal no Museu da Troncalhada. Agora, a recuperação do Salgado que o Sr. Presidente prometeu ao eleitorado, foi a recuperação económica do Salgado em Aveiro; foi isso concretamente, pelo

menos foi isso que nós como munícipes entendemos, não é! Então eu gostaria de saber o que é que o Sr. Presidente fez até este momento sobre isso?

Designadamente, no meu entender, devia ter feito assim: ouvir os marnotos. Pergunto: ouviu os marnotos sobre isso, as pessoas que realmente percebem do sal, as organizações ligadas ao sector? Pensou-se realmente o sal ou abandonou a ideia, se o sal tem futuro ou não tem em Aveiro? Se tem futuro que é que pensa promover em relação às marinhas que existem? Se não tem futuro, se tem alguma ideia já sobre o que há-de fazer a esses terrenos - terrenos onde se encontram naturalmente as marinhas, e sobre as incidências que isso eventualmente tenha no ambiente? É que já se vem falando que o Salgado é um fracasso, há que aproveitar os terrenos das marinhas. Portanto, realmente o que é que se passa em relação ao Salgado? É importante isso. E se o Sr. Presidente abandonou ou não a ideia de recuperar o Salgado?

Depois, a certa altura do início do seu mandato, ou ainda antes, falou também de ganhar para o Município a jurisdição sobre os canais da Ria, ou mais concretamente, sobre os terrenos adjacentes. Se isso foi só uma ideia propagandística ou se realmente isto terá alguma concretização? Porque afinal o Sr. Presidente nunca mais falou disso, não é? E nós ficámos sem saber se o Município vai ter jurisdição sobre os canais da Ria ou se não terá nunca mais?

É bem que se façam estas promessas e que de vez em quando se venha dizer o que é que afinal está em marcha em relação a isso, e o documento realmente é omissivo.

Depois há uma coisa que como munícipe, a mim e a muita gente, preocupa: o funcionamento de alguns serviços da Câmara. Tem a ver com as expectativas de cada um, com a organização da vida de cada um, com a actividade económica de múltiplas empresas, e estou-me a referir exactamente ou concretamente a um aspecto (que outros ainda não contemplei, mas alguns deles tenho acompanhado de perto), que é o licenciamento das obras particulares. É uma gestão difícil, eu sei; mas a Câmara anterior tinha o cuidado de atender aos munícipes com um Vereador a tempo inteiro, e nós temos na Câmara a que a V/Ex.a preside, temos assistido a um Vereador a meio tempo. E depois, ainda um vereador a meio tempo, não estou a falar do actual, com múltiplas ocupações. Quer dizer, a forma como o pelouro das obras particulares está a ser tratado faz-me lembrar quase como aqueles professores universitários que dão aulas desde o Algarve até o Minho - os chamados “Professores Turvo”, não é!?

Nós não queremos “Vereadores Turvo”, queremos Vereadores que tratem das questões, que as enfrentem e que as resolvam no interesse dos Aveirenses. Ora esta situação não se compadece com Vereadores a meio tempo.

Depois ainda tenho assistido a situações deste tipo: o munícipe dirige-se à Câmara, faz um requerimento sobre um processo, designadamente uma certidão, e fica pasmado quando a certidão demora a passar quinze, vinte dias, e depois vai perguntar, porquê? - Foi a parecer técnico.

Quer dizer, para que alguém da Câmara passe uma certidão do que existe no processo é preciso ir ao parecer de um técnico; quando esse técnico, a meu ver devia estar era a apreciar os projectos para ver se eles se enquadram nos diplomas fundamentais, se integram na legislação. Porque qualquer funcionário responsável que não tenha conhecimentos técnicos, pode perfeitamente certificar o que está - basta ser sério e saber ver; basta ter olhos e ser sério para não certificar o que não é certificável. Não precisa nunca de ir, primeiro, suponho, a um engenheiro, depois ao chefe de divisão, despacho, passo, e porventura ao Vereador, passo também a certidão - é só saber aquilo que é certificável, o que é susceptível de ser do conhecimento das pessoas em geral, quem tem legitimidade para requerer, mas isso pode perfeitamente passar pelo chefe de secção, por um chefe de serviços, no âmbito só da burocracia, que não propriamente técnico; portanto, isto é um aspecto fundamental.

Porque eu posso tecer esta acusação à Câmara - o licenciamento de obras particulares está a fazer-se para além dos prazos que a lei consigna, com um prejuízo manifesto para empresas do sector da construção civil, que tem múltiplos empregados, que querem no fundo, cumprir prazos

de promessas de venda, que têm o seu pessoal consignado a determinada obra e que depois não conseguem cumprir nada disso, nem fazer um aproveitamento racional dos seus meios, porque uma entidade que afinal devia estar para servir os munícipes em geral, e designadamente essas empresas, e que por inépcia, e incumprimento inclusive, não consegue dar resposta a uma coisa que é fácil de responder.

Portanto, é útil que a Câmara, no meu entender se preocupe urgentemente com este aspecto; eu penso que a Câmara tem todas as condições para cumprir. Isto é uma acusação, digamos, com sentido pedagógico, no meu interesse naturalmente de munícipe, não é um aproveitamento político. É que realmente as coisas funcionem.

Não tenho mais nada, são estas as dúvidas que eu tinha, e gostaria que o Sr. Presidente me respondesse se tem alguma resposta quanto a isso.”

Vogal Pedro Pires da Rosa:

“Sr. Presidente obrigado. Gostaria em primeiro lugar de felicitar o Executivo Camarário pela inauguração e também congratular-me por isso como munícipe que sou, da Freguesia da Vera-Cruz, pela piscina do Sporting Clube de Aveiro finalmente estar a funcionar.

Também me queria congratular, porque sinto que tenho alguma responsabilidade nisso, ou pelo menos no projecto ou no desenvolvimento da ideia da Casa da Juventude, pelo menos tenho batalhado por esse projecto da Casa da Juventude seja concretizado e segundo diz a Comunicação se encontra quase pronta. Vamos lá ver quando é que fica concluída a obra, espero que o mais rápido possível.

Perguntava também ao Sr. Presidente da Câmara, uma vez que já foi inaugurada a pista de bicicletas, para quando é que as BUGAS estão prontas para circular em Aveiro?

E também gostava de deixar uma nota, e saber que também a Câmara se preocupa com o idoso, nomeadamente no ano internacional do idoso, ser inclusive celebrado, creio que é no próximo dia um, no Teatro Aveirense o dia mundial do idoso. É bom saber que para além das Freguesias e todo o trabalho que desenvolvem, também a Câmara se preocupa com isso. Obrigado.”

Entretanto entrou na sala o vogal Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira.

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado. Eu vou tentar ser breve. O projecto da Lota está neste momento de facto a ser desenvolvido, há um estudo prévio elaborado como sabem por uma equipa coordenada pelo Arquitecto Nuno Portas, e está a ser desenvolvido. Não está especificamente prevista a instalação de um aquário. Eu tenho muita simpatia pela ideia, como já uma vez conversámos, acho que não é tarde, e aliás o nível de pormenorização em que o estudo está julgo que não é incompatível com a inclusão de um equipamento desse tipo, e até há investidores privados interessados nesse tipo de atracção.

Sobre a escola Homem Cristo. Eu não conheço bem os antecedentes da negociação que conduziram a que a escola fosse privada de uma das aulas para ali instalar o nosso Departamento de Planeamento. Sempre me pareceu bizarro aquela escada, tipo emergência de incêndio. Sempre constituiu uma pretensão da escola que saísse dali o Planeamento e neste momento temos possibilidade, porque conseguimos um acordo com o Arquivo, no sentido de que provisoriamente as instalações do Arquivo saíssem do quinto piso; temos possibilidade de fazendo obras de adaptação no quinto andar, no edifício cor-de-rosa, de regressarmos com o Planeamento ali ao edifício cor-de-rosa. Portanto, julgamos que dentro de mês e meio, dois meses, a escola vai ter a satisfação de ter aquele espaço de novo de volta, e eu vou ter a satisfação de conseguir concentrar também mais esse Departamento que está disperso como sabem.

Sobre São Jacinto, a questão da estrada. Há de facto um projecto sobre a reabilitação da estrada - não é uma estrada com quatro faixas, como ouvi dizer. É reabilitar a estrada que existe, com percursos para bicicletas, um ligeiro alargamento para que os acidentes sejam menos frequentes. Como sabe não é uma estrada nossa, não é uma estrada municipal, a não ser a partir da entrada de São Jacinto, e portanto não sendo municipal, nós temos tido uma intervenção, enfim, que é de parecer - mas não é uma estrada nossa.”

Vogal João Maia:

“Sr. Presidente, se me permite. A questão não será só fazer uma estrada. Quer dizer: toda aquela margem devia de ser recuperada em termos de lazer.”

Presidente da Câmara:

“Tem toda a razão, essa é outra questão, e nós no seio da AMRia, tem estado a ser trabalhado o Plano de Ordenamento da Ria, no qual se prevêem várias instalações de apoio náutico, e portanto, eu sinto a mesma dificuldade do senhor engenheiro: não se consegue atracar em São Jacinto, não se consegue atracar na casa abrigo, etc., e portanto, é necessário que esses trapiches e essas soluções sejam de facto instaladas. O plano está a ser feito e está candidatado ao próximo Quadro Comunitário de Apoio, para que todas as obras pequenas e grandes, que têm que ser feitas para que a Ria possa ter um uso múltiplo e ao serviço dos diferentes interesses, designadamente turísticos, e de lazer, possa vir a ser conseguido.

O Prof. Manuel Coimbra, coloca-me a questão de saber o que é que se passou quanto à atribuição da medalha de ouro ao Beira-Mar, porque é que não foi na Câmara? Olhe, por uma razão muito simples: é que por um lado o Governo Civil na altura manifestou interesse em associar-se à cerimónia, e portanto, também prestar homenagem ao Beira-Mar; tinha uma prenda e uma lembrança para oferecer também. Por outro lado, eu também não tinha instalações na Câmara, porque a Câmara estava em obras, e edifício cor-de-rosa não tem um espaço à altura. Podíamos ter vindo para aqui, mas como o Governo Civil se quis associar à cerimonia, ainda por cima houve várias Câmaras da região que foram convidadas, no sentido de estender cada vez mais uma massa de apoio do Beira-Mar, no sentido de ser o grande clube da região, e não apenas de Aveiro - pareceu normal, digamos assim, que fosse no Governo Civil, foi essa a intenção e foi por isso que aconteceu assim.

O Lago do Parque. Tenho que lhe dar toda a razão; o Lago do Parque contrasta de facto com a qualidade que queremos imprimir nos espaços públicos de lazer, aliás o Eduardo Feio tem os pormenores, talvez ele possa dar informações sobre isso, a recuperação que vai ser feita e ele vai dar as explicações.”

Vereador Eduardo Feio:

“Em relação à questão do Parque Municipal D. Pedro V, como sabem houve um processo de reorganização dos Serviços Municipais no que respeita às zonas verdes, e em termos de pessoal afecto. Todo esse processo correu durante o ano passado, estamos agora no momento em que já temos a reorganização feita, ela foi aqui também aprovada na Assembleia Municipal, como não podia deixar de ser, e neste momento está a iniciar-se um estudo completo de recuperação de um percurso verde, e de um grande espaço contínuo verde que há na cidade, entre a área do Alboi e a zona de Santiago, onde se inclui D. Pedro V.

Um dos grandes problemas que o D. Pedro V tem é exactamente o Lago do Parque. Essa questão ainda há pouco tempo foi citada na imprensa, e eu tive oportunidade de esclarecer o que se passa, porque esses estudos já estão a ser feitos, têm a ver com o “abastecimento” de água, que neste momento o Lago do Parque tem e que há cerca de quinze, vinte anos atrás, era completamente diferente. Havia um conjunto de nascentes que forneciam água e que neste momento estão cortadas pelo conjunto de edificações e infra-estruturas urbanas que foram

sendo construídas nas imediações do Parque; essencialmente o que neste momento abastece a água do parque é uma vala hidráulica, que já há alguns anos tem dado alguns problemas à qualidade dessa mesma água. Neste momento o que está a ser estudado é a hipótese de por um lado, essa vala hidráulica ser desviada do abastecimento directo de água ao Lago do Parque e que o Lago do Parque passe a ser abastecido por um furo, e eventualmente em algumas situações até por água da companhia de forma a conseguir alguma qualidade. Está-se a estudar essa situação, está-se a estudar também o desassoreamento antes dessa situação vir a acontecer, de forma a que o Lago do Parque consiga ter alguma qualidade.

É óbvio que depois há alguns problemas, que têm a ver nomeadamente com a folhagem que há na água, a massa orgânica que fica ao fim e ao cabo no Lago - tudo isso está a ser equacionado; mas está a ser equacionado de uma forma global, e é por isso que os resultados não se vão ver de um dia para o outro, neste momento que está a ser feito é um esforço por parte dos Serviços Municipais, com a capacidade que eles têm neste momento, de fazerem pequenas obras e pequenas reparações, no entanto está a ser feito um estudo, como eu disse inicialmente, global de pensar aquele contínuo verde num todo, e no caso concreto do Lago do Parque ter uma intervenção mais dura e mais incisiva para tentar resolver o problema de forma definitiva.

Como sabem, neste momento quando há um pico de chuvadas, há um conjunto nomeadamente de sedimentos que são arrastados para o Lago; todo aquele sedimento que se vê encostado à zona onde estão os parques, e que são bastantes feios, só poderão vir a ser evitados se essa separação se vier a fazer, e é isso que está a ser estudado de forma a que para o ano que vem, a gente possa ter já uma situação bastante diferente no Lago. Os prazos, são prazos no quadro autárquico de médio prazo, não são prazos imediatos. Não lhe posso dizer que daqui a três meses temos a questão resolvida, o que lhe posso dizer é que estamos a preparar uma resolução em definitivo da questão, pensamos nós, obviamente, está a ser estudada com alguma profundidade, de forma a que daqui a um ano possamos estar aqui eventualmente a referenciar ou a ver um parque que já não existe, há algumas dezenas de anos.”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado. Sobre a sede para as colectividades, é uma ideia que parece muito boa: concentrar todas as colectividades num imóvel. Mas a verdade não é assim tão fácil como parece. Para já, há colectividades que não querem ir para qualquer lado, querem ficar no seu bairro - querem sede mas tem que ser ali; porque são dali, nasceram ali, e não querem sair dali, e portanto a concentração não resolve todas as situações. Admito que resolva algumas, estamos a trabalhar nisso, temos algumas ideias, que já aliás uma vez aqui expus, mas não tem sido possível ainda concretiza-las, não podemos fazer tudo de uma vez, mas vamos também resolver essa situação. Há algumas situações mais urgentes, também não temos as colectividades na rua, algumas estão mal alojadas, um caso ou outro reúnem-se em casa de associados, mas de resto está tudo com sede neste momento; não em boa situação mas está tudo com sede.

Depois o Dr. Jorge Nascimento, diz aqui que isto é um relatório de férias. Dr. Jorge Nascimento é uma grande injustiça, porque eu devo dizer que cheguei ao fim e fiquei surpreendido como é que em período de férias pelo meio, nós tínhamos feito tanta coisa!! Só nas obras, e os eventos, que dão trabalho: um campeonato do mundo para organizar - e foi excelente a organização - não sou eu que o digo são os responsáveis da Federação; a piscina do Sporting; a adjudicação do pavilhão Multi-usos; todos os Planos que não se falaram aqui hoje, mas que são instrumentos fundamentais e que não se conseguem de um dia para o outro; o Plano de Ordenamento do Trânsito e Estacionamento; a revisão do Plano de Pormenor da Baixa de Santo António, o Plano de Sá Barrocas, o Plano do Centro; os Regulamentos de Taxas e Licenças - não urbanísticas e urbanísticas; o Lago da Fonte Nova; a rua Direita, Senhores Membros da Assembleia!! Os anos que andámos à espera que a rua Direita ficasse

pedonalizada; o Museu da República - cujas obras estão concluídas; a Escola do Primeiro Ciclo das Agradas do Norte começou; a Escola de Eirol - que está pronta; a Escola de Eixo - que foi inaugurada, e tudo em mês de férias, o que faria se não fossem férias. E abstenho-me das outras que estão no relatório, porque de facto foi muito produtivo o período, apesar dos nossos serviços estarem a cinquenta por cento.

Mas colocou-me aqui uma questão que eu não queria deixar passar, que é a recuperação do Salgado. Bom, em primeiro lugar, eu julgo e creio estar a ser rigoroso - eu nunca prometi, mesmo em campanha eleitoral, que ia recuperar o Salgado de Aveiro. Eu prometi, empenhar-me e lutar pela dignificação do Salgado Aveirense, e o que fizemos nesse sentido, além do símbolo, de facto foi um símbolo com força, reconhecidamente, o que fizemos, além de conversar com os Marnotos, naturalmente que o fizemos, o conhecimento empírico das coisas, de quem trabalha e de quem liga diariamente com os problemas é essencial; deliberamos em reunião de Câmara, que fosse feito um estudo económico sério, exaustivo, tão quanto possível, sobre a exploração do Salgado: sobre os custos fixos do investimento; sobre os resultados da exploração - que ninguém sabe muito bem, porque eles próprios também procuram às vezes, enfim, como os rendimentos são parcos, se calhar nós não sabemos exactamente muito bem, como as coisas se passam. E portanto, o que está deliberado, e penso - por acaso não tenho a certeza neste momento, mas julgo que o concurso está já lançado, é a elaboração de um estudo económico rigoroso sobre a viabilidade económica do Salgado, à semelhança do que aconteceu com a revalorização do Salgado numa cidade próxima de Arcachon - Guérande, em que o sal através de uma boa campanha de marketing, é vendido mais caro do que o sal industrial, naturalmente, mas valorizando a parte artesanal e de produto regional, e com uma redução óbvia tal como aconteceu entre nós do número de marinhas em exploração, e portanto, sendo menor o universo dos agentes económicos envolvidos, conseguem viver do sal e tirar um rendimento aceitável. E é essa via que nós acreditamos que vai acontecer em Aveiro, porque como sabem no princípio do século tínhamos trezentas marinhas de sal agora temos vinte e poucas, em laboração; e o que vai acontecer passa talvez por aí: a exploração da componente turística da venda do sal como produto regional, produto esse, com determinadas características que o sal industrial não tem e fazer uma boa campanha de marketing para que esse produto seja vendável. Além disso estamos, em termos de tradição, de memória e de dignificação dessa nossa economia tradicional, a concluir o Museu do Salgado, e estamos a recuperar algumas marinhas que estão em funcionamento - a da Troncalhada é uma, temos um protocolo assinado, com a então JAPA, com a Universidade, com a Câmara de Ílhavo, e com a Direcção Regional do Ambiente, para recuperarmos todo o chamado Salgado Sul, que deve ser agora assinado e publicitado nas próximas semanas (depois das eleições), cujo objectivo é recuperar todo o Salgado Sul. Todo o Salgado Sul, não quer dizer pôr tudo a sal novamente, porque há Pisciculturas em funcionamento, há a parte lúdica, há algumas salinas ainda, e portanto vamos fazer isso, e esse é também um dos projectos, para o qual queremos obter financiamentos, no próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Como já disse, está a ser feito um Plano de Ordenamento na ria, que vai justamente definir o que é que podem continuar e devem continuar a ser marinhas de sal, quais são aquelas em que não vale a pena insistir: ou porque a rentabilidade é fraca, a dimensão é reduzida, a exposição é deficiente. Portanto haverá uma reconversão desses espaços, que pode passar pelo aproveitamento para espaços náuticos, de lazer, percursos pedestres, pequenas docas de recreio, porque não, algumas marinhas que no meio da ria devidamente aproveitadas, sem agredir o ambiente, podem ser transformadas em docas de abrigo para barcos, sem grande construção. Portanto isso está a ser estudado, e não tenho agora respostas muito mais concretas para lhe dar.

Sobre a jurisdição dos canais da Ria - eu chamei-lhe Municipalização. Para simplificar a ideia, o que irá acontecer é que a jurisdição de águas públicas, passará a ser atribuída à Câmara de

Aveiro; as águas não deixam de ser públicas. É um processo que de facto têm demorado um tempo que consideramos excessivo, em relação aquilo que eram as nossas expectativas, mas estou convicto que dentro em breve isso será resolvido. A questão é pacífica em relação aos canais urbanos, há algumas divergências em relação a outras áreas ribeirinhas que a Câmara também gostaria de ter, mas penso que rapidamente isso será concretizado, e portanto, continuo desse ponto de vista a manter esse propósito e optimista quanto ao desfecho.

Organização dos Serviços da Câmara queria dizer o seguinte: com todo o respeito pelos funcionários que ali trabalham, que é enorme, nós não conseguimos fazer milagres. Mexer com pessoas e alterar rotinas instaladas há muitos anos, trabalhar com um conjunto de funcionários, cujo nível de formação é aqui conhecido e é público. E não estou com isto a deslustrar ninguém, mas 50% dos nossos funcionários têm a quarta classe, é preciso não esquecer isto; e portanto, quando fala na certidão que vai para parecer técnico, para saber se pode ser certificada - há às vezes coisas dessas. As pessoas não estão preparadas para fazer funções aparentemente simples para um advogado. Mas temos questões dessas por resolver.

Depois temos um problema mais global da reestruturação dos serviços, que está a ser feito, e o Dr. José Gonçalves têm isso em mãos; investimos imenso em informática no ano passado e queremos agora que essas aplicações informáticas e a organização dos serviços dê resposta às nossas ambições e às ambições de todos. A nossa meta também em matéria de gestão de obras particulares, é inverter este ano completamente a imagem. Há uma espécie de desporto municipal, de dizer mal do funcionamento das Câmaras - isso vai acabar. O nosso objectivo é ter um serviço de obras particulares, de que nos possamos orgulhar. As coisas não têm que ser más nesta matéria - há serviços públicos a funcionar bem, e a Câmara de Aveiro vai ter as obras a funcionar bem; é uma aposta que nós temos, e o mesmo se diga em relação aos serviços administrativos - são de facto sectores que ainda não conseguimos pôr as coisas como queremos, mas vamos muito firmemente fazê-lo.

A pista de bicicletas e as BUGAS; neste momento creio que posso anunciar que “só estamos à espera de um dia com sol”; é uma questão de agenda, vai ser posto em funcionamento logo que seja possível. De facto houve alguns atrasos com que fomos surpreendidos nos fornecimentos, as empresas não cumpriram, e coisas que não conseguimos de todo ultrapassar, mas está tudo apto a funcionar: as BUGAS já chegaram, já aí estão, os parques já estão instalados, a sinalética está instalada e portanto, agora o sistema começará a funcionar. Penso que respondi às questões todas. Muito obrigado.”

Saíram da sala os vogais Raúl Ventura Martins, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares e Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva.

PONTO N.º 2 - CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal de Aveiro, na reunião ordinária de 09/09/1999, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte do original desta acta em anexo.)

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Muito rapidamente, a proposta da Câmara era de que a taxa da Contribuição Autárquica para prédios urbanos, fosse fixada este ano em 1.0%, tendo em conta a deliberação da Assembleia Municipal do ano passado; pareceu-nos que devíamos manter essa proposta. É claro que a Câmara precisa obviamente de meios financeiros, e se quiséssemos ser de coerência meramente formal, com a proposta do ano passado, teria sido 1.1%. Mas por respeito pela opção tomada pela Assembleia e porque não estamos aqui para de

facto hostilizar a Assembleia, mantemos portanto a proposta que a Assembleia aprovou o ano passado.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, um pequeno comentário apenas à afirmação final do Sr. Presidente da Câmara, de facto o Sr. Presidente da Câmara não está aqui para hostilizar a Assembleia, está aqui para que a sua actividade seja vista por esta Assembleia. Para ser julgado por esta Assembleia. Não está aqui para julgar a Assembleia, está aqui para ser julgado pela Assembleia. Não está aqui para nos enfrentar. Nós é que estamos aqui para ver se o senhor faz bem ou não faz bem.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Já discuti este ponto com os meus companheiros de bancada e concluímos que em primeiro lugar nos congratulamos pelo facto da Câmara ter aprendido, de facto, com a lição que resultou do chumbo do ano passado, no que diz respeito ao pretensão aumento desta Contribuição Autárquica. Na medida em que apresenta exactamente o mesmo valor indicado pelo ano passado, o mesmo valor percentual do ano passado, nós todos aqui por unanimidade concluímos que iríamos votar favoravelmente a proposta.”

Vogal Jorge Nascimento:

“O Sr. Dr. José Gonçalves, nesta sua posição que tomou e que consta na deliberação da Câmara, deu-me o mote, mas eu vejo isto é ao contrário. Eu acho que é como deve ser visto esta minha perspectiva que eu vou descrever, é como deve ser vista. Isto têm parâmetros, têm uma variação, salvo erro vai de 0.7%, a 1.3%, mas isto a meu ver não pode ser a olho, isto não é de pontaria, sinceramente. Então eu entendo justamente como o Sr. Dr. José Gonçalves que isto deve ser fundamentado, há-de ver-se o que é que é preciso gastar, qual o volume de investimento, que subsídios vêm, e depois trazer aqui o sacrifício aos munícipes. Porque isto é um imposto, e portanto, como o Sr. Presidente sabe melhor do que eu, nisto de impostos é pelo mínimo, na dúvida. Deve de ser assim. É esse o principio assente, é o principio que preside a todo o direito público e designadamente também nos impostos, é sempre a favor do contribuinte. Por isso mesmo é que o Sr. Presidente sabe melhor do que eu, para que as entidades publicas possam fazer algo, têm de ter concretamente poderes para isso, enquanto que os privados é ao contrário - o que não é proibido é permitido. Ora bem, portanto, aqui há falta de fundamentação. Eu não posso votar em consciência mais do que 0.7%, isto muito sinceramente, mas não é para ser mauzinho nem bonzinho, sinceramente é isto. Ou trazem as propostas como deve ser, devidamente fundamentadas e dizem: faz-nos falta este dinheiro, para este efeito, porque temos, e como disse muito bem o Dr. José Gonçalves, temos este investimento que não é subsidiado, temos aquele outro gasto, e precisamos deste dinheiro. E segundo o tombo das matrizes isto vai gerar-nos um rendimento X que nós precisamos concretamente. Porque não sendo assim eu sou forçado no rigor dos princípios, e no desenvolvimento dos princípios que presidem a tudo isto, a votar 0.7%, - é esta a minha convicção, certíssima.

Mas considero que a Câmara não pode trazer a esta Assembleia, algo que não tenha os seus fundamentos, nós precisamos de ser esclarecidos, e até isso é para nós pedagógico porque ficamos a saber estes aspectos todos dos problemas. Nós não estamos na Câmara, portanto não temos a capacidade, nem a possibilidade de inventariar estas situações, e quando a Câmara nos as apresenta, nós podemos até aplaudir e achar bem, e dar contributo válido até ao desenvolvimento dos interesses do Município - o que não é manifestamente o caso.

Mas nisto da Contribuição Autárquica, há que atender agora a alguns aspectos, quer dizer isto de ser 0.7%, 0.1%, 1.3%; 1.3% parece-me que é o máximo da taxa que já alguma vez foi possível, porque já estive aí 1.1%. E estive em 1.1% quando o valor global dos prédios avaliados era muito menor do que agora. Quer dizer, não é da lei, mas é das instruções internas das finanças - isto nota-se por toda a parte, que hoje as avaliações patrimoniais vêm sendo

muito mais altas do que eram outrora. Aqui há uns anos, por exemplo, em Aveiro era vulgar um apartamento T2 na zona (não vou dizer de que prédio), ali do Centro de Saúde (prédios novos), um apartamento T2 com garagem, avaliado, isto é, tendo o valor patrimonial de quatro mil contos; hoje avaliam garagens nas imediações desse outro prédio que eu digo, numa terceira cave, sítios marcados no chão, por mil e oitocentos contos - é uma desproporção enorme. O que quer dizer que veio aumentar a base de incidência desta percentagem. Portanto nunca se pode hoje ter o critério percentual, há que atender é a avaliação que existe nas fazenda sobre isso - isso nós precisávamos de saber. Portanto, eu no rigor dos princípios, não vou votar nisto, mais do que o mínimo porque é esse o direito dos munícipes. Os munícipes não devem ser sujeitos a mais do que o mínimo se não lhe for apresentado justificação para tal. Portanto se a Câmara aqui trazer uma justificação plausível que justifique maior percentagem, tudo bem, se não trazer eu voto pelo mínimo com toda a sinceridade e boa fé. Muito obrigado.”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado. Penso que é só esta observação do Dr. Nascimento, que terei que responder neste contexto. Eu gostava de dizer o seguinte: não foi a olho, Dr. Nascimento, que fizemos esta proposta, foi se quiser com olho retrospectivo sobre o que se passou no ano passado. E a fixação da taxa de Contribuição Autárquica como imagina, não é uma questão meramente financeira. De facto, o Dr. Gonçalves, teve a preocupação do financeiro e compreendemos isso na reunião de Câmara, mas não é uma questão meramente financeira, porque se assim fosse, como o ano passado eu aqui propus, a Câmara teria proposto 1.3%, e 1.5% se possível fosse, porque como sabe os recursos Camarários são escassos, e portanto se nós pudéssemos ir mais, para ter mais dinheiro, para fazer mais obras para o Município, teríamos ido; há também uma componente política, e nós se quisermos ter em consideração essa componente política. Estamos a falar de seiscentos, setecentos mil contos de Contribuição Autárquica, o Dr. Nascimento diz-me assim: cuidado não há fundamento para mantermos sequer o 1.0%, porque as avaliações aumentaram, mas aumentou muito mais o custo da construção na cidade pela Câmara, e os projectos em que estamos envolvidos. Para infra-estruturarmos o mesmo prédio que agora vale mais, nós gastamos muito mais também. Portanto se quiser, nós temos necessidade muito mais do que 1.0%, mas como há aqui uma componente política que têm que ser tida em consideração, achámos por bem fazer uma articulação entre as necessidades financeiras e a realidade política e manter a proposta do ano passado, é esta a explicação.”

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 2 - Contribuição Autárquica, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte votos a favor (PS7+PSD6+PP6+PCP1), zero votos contra e duas abstenções (PP2).

PONTO N.º3 - DERRAMA.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal de Aveiro, na reunião ordinária de 09/09/1999, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte do original desta acta em anexo.)

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Também muito rapidamente; uma vez mais propomos que o lançamento da Derrama seja na percentagem de 10%, sobre a colecta do IRC. E que, como a lei exige, essas verbas sejam afectadas ao Eixo Estruturante, à valorização das zonas industriais, ao novo Parque de Feiras, e à aquisição do Quartel do Parque. Se repararem três delas estão directamente relacionadas com melhorias substanciais que vão beneficiar, se me perdoam a repetição, os contribuintes. Os contribuintes que vão pagar este IRC, estamos a falar do Eixo Estruturante, e portanto é uma acessibilidade que vai beneficiar o novo Parque de Feiras,

estamos a falar do novo Parque de Feiras, e estamos a falar da valorização em si mesma das zonas industriais. E portanto, de acordo com o espírito da lei afectamos receitas que cobramos aos industriais, à melhoria das condições para os industriais desenvolverem a sua actividade; embora não haja aqui uma consignação como é sabido. Muito obrigado.”

Vogal João Maia:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Propriamente sobre a Derrama não vai ser a minha intervenção. A minha intervenção vai ser muito simples: aquisição do Quartel do Parque. De quem é o Quartel do Parque? - pergunto eu. É evidente que esta pergunta trará um bocadinho de água no bico. Porque eu ouvi já muita coisa acerca deste Quartel do Parque, quando da minha passagem pela Câmara, e perdoem-me a indiscricção: de quem é o Quartel do Parque? É a única pergunta que eu faço ao Sr. Presidente.”

Vogal Luís Ramos:

“A posição do PCP em relação a este problema, como todos sabem, não está em discussão a percentagem, ela é fixada pela lei, portanto a nossa posição dirige-se mais ao plano de aplicações destas verbas. E aí devemos dizer que não é tanto não concordarmos com as quatro, se não estou enganado, aplicações propostas, mas é mais o termos a opinião de que a Câmara podia ir um bocado mais longe, na perspectiva do conseguir dotações financeiras e conseguir realizar uma política de comedimento, e de contenção de gastos, um bocado mais rigorosa. Por isso, a nossa posição é de abstenção em relação a este ponto, por estas razões que referi.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Em relação a este ponto, já consultei os meus companheiros de bancada, que afirmaram que iam votar favoravelmente. Contudo eu, a nível pessoal gostaria de interrogar o Sr. Presidente da Câmara sobre o seguinte: se de facto houvesse uma diminuição desta Derrama, se haveria eventualmente algum indicativo que nos pudesse demonstrar que viriam mais empresas aqui para o concelho? É que se tal sucedesse, e se baixássemos a Derrama, poderíamos eventualmente ter uma maior contribuição. Não sei se isso está feito, se está estudado, quais as implicações a nível dos outros concelhos vizinhos, de uma diminuição da Derrama, para ao fim e ao cabo conseguirmos uma maior fatia para orçamento Camarário.”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado. Bem, sobre a questão colocada pelo Sr. Eng.º João Maia, o Quartel do Parque é do Ministério da Defesa. Em tempos foi da Câmara, e eu também já tentei invocar isso, só que infelizmente já lá vão cento e tal anos; porque aquilo nasceu como um quartel asilo, ainda hoje nos documentos do exército aparece como um quartel asilo, houve até subscrições publicas e contribuições várias do povo de então para a construção do asilo. Mas foi integrado no exército há muitos anos, e portanto juridicamente não consegui que os argumentos fossem tão longe na historia, para que aquilo voltasse gratuitamente à posse da Câmara.

Uma Câmara não deve gastar pouco, deve gastar muito e deve gastar bem. Essa é que é a questão é saber se nós estamos a gastar muito e bem ou muito e mal; e julgo que estamos a gastar o que temos, mas bem.

Entretanto sobre a questão do Sr. Prof. Britaldo Rodrigues, saber se baixando a Derrama poderíamos ter mais empresas, mais indústrias. Não temos nenhum estudo feito, mas a realidade que temos é a contrario, isto é, nós mesmo com os 10% não conseguimos dar resposta à enorme procura que temos, de indústrias, para se instalarem em Aveiro. Portanto naturalmente não é a taxa de Derrama que está a desincentivar o que quer que seja de vir para Aveiro. Aveiro têm

uma enorme procura industrial, felizmente, e tomáramos nós termos os terrenos todos que necessitamos para dar resposta a essas solicitações.”

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 3 - Derrama, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte votos a favor (PS7+PSD6+PP7), zero votos contra e duas abstenções (PP1+PCP1).

Presidente da Mesa:

“Srs. Deputados muito obrigado. Esgotámos os temas da ordem de trabalhos, mas precisávamos da vossa colaboração mais dois minutos para duas questões: em primeiro lugar, tem que haver uma deliberação formal da Assembleia no sentido de retirar o último ponto da ordem de trabalhos.

A Mesa apresenta uma proposta do seguinte teor:

«Em face das recentes alterações legislativas traduzidas na aprovação da lei 169/99 de 18 de Setembro, sobre as competências dos órgãos das autarquias locais, propõe-se:

1. A supressão do ponto n.º 4 da ordem de trabalhos sobre a discussão e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal.
2. A constituição imediata de uma Comissão Eventual destinada a rever o regimento da Assembleia Municipal de acordo com as novas disposições legais, Comissão formada por um membro efectivo e um membro suplente de cada bancada parlamentar.»

A proposta considera-se aceite.”

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia a proposta supra enunciada, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

Seguidamente o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião, tendo a mesma merecido a aprovação por unanimidade e cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária do mês de Setembro da Assembleia Municipal.

Eram 01:30 horas do dia 01 de Outubro de 1999.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.